



Entrevista com o professor Antonio Hohlfeldt

Realizada em 6 de novembro de 2015 e 11 de maio de 2016

Pesquisa e roteiro: Alice Melo

Entrevistadores: Ana Paula Goulart e Cláudio Ornellas

Transcrição: Helio Cantimiro

Edição: Cláudio Ornellas



Começamos pedindo para você nos dizer seu nome completo, o local e a data do seu nascimento.

Antonio Carlos Hohlfeldt. Não uso Carlos, mas o nome é este. Nasci em 22 de dezembro de 1948, em Porto Alegre.

Quais são os nomes de seus pais?

O meu pai é Paulo Hohlfeldt Filho. Era, como se dizia na época, contador. E a mãe era Yara Sperb Hohlfeldt – como se dizia na época, dona de casa ou do lar.

Qual foi a sua formação?

Bom, eu sou do tempo em que ainda havia primário e ginásio. Eu comecei a estudar em 1955, em um colégio lassallista. Lá, eu fiz as cinco séries primárias, os quatro anos de ginásio, nesse colégio lassallista, que era na Zona Norte de Porto Alegre. Depois disso, eu fui para um colégio público, que já tinha sido o

melhor colégio de Porto Alegre, Colégio Estadual Julio de Castilhos. Na época, era mais um colégio do estado, não era mais tão importante. Para mim, foi importante eu descobrir a vida leiga, vamos dizer assim, perder a virgindade intelectual, porque realmente foi outro universo, completamente diverso. Eu fiz três anos do curso clássico. Naquela época, a gente escolhia entre científico e clássico. Como eu tinha a ideia de ser escritor, portanto tinha optado por fazer jornalismo, como modo de



sobreviver, então eu fui fazer o clássico. Lá, eu encontrei alguns colegas de sala de aula que foram muito importantes como convivência. E hoje dois deles, pelo menos, são nomes de referência na literatura, um deles o João Gilberto Noll, que ainda está vivo, cuja casa eu frequentava. Por causa dele, eu fiz o vestibular de Letras. E o outro, mais adiante, foi o Caio Fernando Abreu. No grupo também, que eu vim a descobrir muitos anos depois, tinha um rapaz, cuja casa eu também frequentava, era muito amigo meu, que era o Luiz Eurico Tejera Lisbôa. O Luiz Eurico, muitos anos depois, a Veja fez uma matéria de capa mostrando que a Suzana Lisbôa, que era a companheira dele, tinha conseguido localizá-lo enterrado clandestinamente no cemitério de Perus, em São Paulo. Ele foi provavelmente o primeiro desses vários líderes estudantis que na época fizeram a guerrilha e foram assassinados pela ditadura. Eu nunca soube que o Luiz Eurico tivesse qualquer atividade política, partidária ou coisa desse tipo. Convivia muito com ele, ia para a casa dele estudar. O Nei Lisboa é irmão dele, porque o Nei era um gurizinho de quatro, cinco anos quando eu ia na casa do Luiz Eurico. Essa descoberta da Veja, essa história toda, me tocou muito, e eu fiz um artigo emocionado no Correio do Povo. O dono do jornal me permitiu publicá-lo. O velho Breno Caldas era um cara bastante liberal. Esses artigos tinham que ter um visto dele, com uma canetinha esferográfica verde. De noite, quando chegava lá, ele liberava ou não. Ele liberou esse. E, algum tempo depois, nessa altura eu já era vereador pelo PT, a Suzana me procurou, pedindo que eu a ajudasse a organizar um livro de poemas do Luiz Eurico – poemas manuscritos, escritos em papel de pão, em guardanapos, em folhas de agenda, dos encontros que eles tinham rapidamente, clandestinamente. Uns 50 poemas, talvez, alguma coisa assim. Eu achei que, mais do que um carinho com ele, era um dever político meu organizar isso e, sobretudo, insistir em quebrar uma imagem que era assim: “Quem era guerrilheiro, quem era da esquerda, quem fez movimento armado odiava as pessoas”. Então, ao contrário, eu fiz um livro que se chamava “Condições Ideais para o Amor”, o título de um poema dele, inclusive. Já teve duas edições. A gente conseguiu fazer pelo Instituto Estadual do Livro. Na época, o governo do estado era do PDT, era o Alceu Collares o governador, e o diretor do Instituto Estadual do Livro era o editor de uma editora particular que estava lá no instituto. Um pessoal que eu conhecia muito. Eu fiz a proposta, imediatamente eles aceitaram. É um livro distribuído, não é vendido. A Suzana faz questão de fazer essa distribuição para contar um pouco do outro lado do Luiz Eurico. Ficou muito a ideia: “Ah, ele é um comunista, um guerrilheiro”.

### Voltando a sua formação...

Voltando para trás: no clássico, então, eu acabei fazendo o meu projeto, que era fazer o jornalismo. Eu fiz o vestibular na PUC. Entrei no curso de jornalismo e, ao mesmo tempo, como eu disse, por causa do João Gilberto, fui fazer o vestibular para a URGs (hoje UFRGS), para Letras. Eu comecei cursando Letras de manhã e o Jornalismo à noite, na PUC. Claro que pagando, na PUC tinha que pagar. Nesse meio-tempo – eu também cantava, vinha de movimento coral –, no coral que a prefeitura



municipal mantinha junto com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, para cantar. Começaram a ser produzidas óperas em Porto Alegre. Aí eu saí do Jornalismo à noite, passei para a tarde, para poder ter tempo livre de noite para fazer as óperas, como eu fiz. Eu estudava de manhã e de tarde e cantava as óperas de noite. No meio-tempo, houve alguns problemas financeiros com o meu pai, eu parei o Jornalismo – não parei Letras, curiosamente –, porque o Jornalismo tinha que pagar. Continuei em Letras, de tarde trabalhava com o meu pai, de noite continuava cantando ópera. Tive essa experiência bastante mista. Mas isso ajudou, porque, quando eu entro no Jornalismo, ainda na faculdade, quando eu passo a fazer programas de rádio com colegas meus que tinham um programa em uma emissora de Porto Alegre, a Rádio Metrópole, e quando eu começo a querer escrever em jornal... Eu fui procurar, evidentemente, o Correio do Povo. Foi onde, desde guri, eu era colaborador, como menino, porque o Correio do Povo tinha uma página infantil nos domingos, que era o Correio Infantil. Lá, a gente publicava umas historinhas, respondia uns concursos, ganhava uns livrinhos de prêmio. Então eu já conhecia um pouco o pessoal.

### O início de sua vida profissional em jornalismo.

Sim. Eu fui para o jornal, e o velho Paulo Fontoura Gastal, que era o editor da área cultural, que incluía a página infantil, incluía a editoria feminina etc., me recebeu muito bem. Eu passei a escrever umas





críticas sobre cinema, não no Correio, mas na Folha da Tarde, que era o outro jornal da Caldas Júnior. O Correio era o matutino, sisudo, sério, standard, e a Folha era um jornal mais leve. Eu escrevia alguns comentários na Folha da Tarde. Em seguida, o Gastal bolou um processo chamado Equipe das Terças, que era um negócio muito legal. Nós éramos todos jovens que gostávamos de cinema, e o Gastal tinha criado, alguns anos antes, o Clube de Cinema de Porto Alegre, que é um dos clubes de cinema mais antigos do Brasil. Existe ainda hoje. Tinha contato com clubes de cinema em Montevideu, em Buenos Aires e foi o responsável por fazer o primeiro festival de cinema de Porto Alegre, que geraria o Festival de Gramado, que existe até hoje. Porque o secretário de Turismo de Gramado gostou da mostra de Porto Alegre e pediu para levar os filmes para lá. E a coisa começou nesse sentido. Eu estava, para variar, enrolado nisso aí. O Gastal convidou alguns jovens para fazer parte dessa Equipe das Terças. Nós tínhamos estudantes de Direito, basicamente, estudante de Economia, estudante de Letras... Para entender: naquela época, todos os filmes eram lançados na segunda-feira. Então, na segunda-feira, à 1 h da tarde, nós todos estávamos na redação, e a gente distribuía os filmes para todo mundo ver ao mesmo tempo. Ou seja, entre as 2 h da tarde e as 6 h da tarde... Na pior das hipóteses – se o filme não estava nos cinemas do Centro, estava em algum bairro, só tinha sessão noturna – até as 10 h e meia da noite, todos nós tínhamos visto os filmes lançados, e o Gastal distribuía 20, 30 ou 40 linhas, conforme uma avaliação prévia de importância do filme, que a gente já sabia pelas críticas que vinham do Rio, de São Paulo, ou vinham do exterior, conforme o filme. A gente saía, assistia ao filme, voltava, sentava, escrevia as 20, 30 ou 40 linhas. No outro dia, saía uma página inteira do jornal com todos os filmes comentados. Se o filme era muito bom, se fosse um Antonioni, um Fellini, um Godard, saía em uma terça e, na outra terça, saía um segundo comentário. Então, você sustentava, digamos assim, os comentários. Ou, se o filme era extraordinariamente bom, dois faziam o comentário sobre o mesmo filme. Aquilo foi um sucesso. Anos mais tarde, o Emanuel Medeiros Vieira, que se tornaria depois um contista excelente, de Santa Catarina, fez uma edição dessas crônicas da terça-feira. Eu tenho a minha parte, as páginas que têm comentário meu, eu tenho guardadas. Eu tenho um arquivo inteiramente organizado de tudo que eu escrevi na vida. Roteiro de rádio, esses comentários... Eu tenho tudo guardado. A partir daí, eu fui ficando no jornal como colaborador. O Emanuel hoje é funcionário, ele estudou Direito, mas se tornou assessor de imprensa na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados. Mora hoje em Brasília. A essa altura, já está aposentado. Voltando, no período de férias de verão, eu pegava um ônibus, ia para São Paulo, ficava uma semana, assistia a filmes, assistia a peças de teatro, fazia entrevista com os caras. Depois, pegava outro ônibus, ia para o Rio, passava mais uma semana, assistia a mais umas coisas, ia a uma exposição... Voltava com um material fantástico. Aí escrevia esse material ao longo de meses, e o jornal ia me pagando. Chegou um momento em que eu ganhava mais do que um jornalista normal, de carteira assinada, pelas colaborações, porque eu era uma maquininha para trabalhar.



### Trabalhava apenas na área de cultura?

Só na área de cultura. Eu fiquei dentro da área de cultura, fiquei me especializando em cinema e teatro nesse primeiro momento. Depois, quando sou transformado em funcionário do Correio do Povo, eu entro na editoria de cultura. Aí eu estendo isso também para a literatura. Nesse meio-tempo, eu já tinha terminado, ou estava terminando, o curso de Letras. E eu tinha feito um bom curso de Letras, peguei alguns professores extraordinários – aliás, para variar, todos cassados depois do AI-5 – na UFRGS. Por exemplo, o Dionísio Toledo, que era o meu professor de crítica literária, que foi dar aula na Sorbonne, em Paris, para sobreviver. Eram uns caras realmente extraordinários. O Guilhermino Cesar, que é um mineiro, poeta, lá dos anos 1920, que foi parar no Rio Grande do Sul e trabalhou com os intendentes do governo do estado – e ajudou a montar um projeto de ocupação do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, nas margens do Alto Uruguai, na fronteira com a Argentina –, era o professor de literatura brasileira e de teoria, mas especialista em literatura brasileira. O Donaldo Schüller, que ainda é vivo e trabalha com literatura grega, mas fazia crítica de poesia, foi um professor extraordinário. Eu fiz um curso dele sobre Drummond que é, para mim, uma coisa inesquecível, até hoje. O Celso Luft era o nosso grande professor de língua portuguesa, e tinha uma visão extremamente aberta em relação à língua portuguesa. O Celso Loureiro Chaves era excelente professor de literatura, trabalhava com o Guilhermino Cesar. A partir daí, então, as coisas foram acontecendo. Quer dizer, eu me especializei mais, realmente, na área de literatura e de teatro. Deixei um pouquinho de lado o cinema. Passei a ajudar o Gastal a editar o Caderno de Sábado, que era o nosso suplemento literário, naquela época dos booms... Tivemos o suplemento do Estadão, tivemos o JB e, depois, houve o suplemento de Minas. E tinha o nosso, o Caderno de Sábado. Que eram fantásticos. Eu cuidava de fazer aquilo que, na época, era incrível: eu escrevia para Deus e todo o mundo. Não tinha internet, não tinha telefone, era carta. Nós fazíamos edições especiais. O jornal era semanal, com 16 páginas, tabloide. Mas a gente programava, por exemplo, fazer suplemento sobre a Rachel de Queiroz. Eu escrevia antecipadamente para o pessoal, e o pessoal me mandava. Claro, eu complementava muito isso, porque todo escritor que ia a Porto Alegre era eu que entrevistava. Aquelas matérias hoje impensáveis: dez, 12 laudas, tamanhos enormes. As entrevistas eram imensas, fantásticas. Com a Feira do Livro, por exemplo, o pessoal ia para lá. Era em outubro, eu passava da manhã à noite no jornal. Entrava no jornal às 9h da manhã e saía à 1h, 2h da manhã. Porque você entrevistava, escrevia. Depois, eu fechava o jornal, ainda editava o jornal na madrugada. Então, eu conhecia o pessoal. Ia aos seminários de literatura, aproveitava para conversar com o pessoal. Naquela época, tinha aqueles seminários. Tinha o Concurso Nacional de Contos, que o governo do Paraná fazia. Havia sempre os seminários sobre literatura. Ali, fui conhecendo o Affonso Romano de Sant’Anna – estou tentando me lembrar –, o Décio Pignatari, entre outros, nas várias edições. Conheci o João Antônio, conheci o João Ubaldo Ribeiro. Foram alguns dos premiados como contistas naquela época. Eu fiz um conjunto de amizades que era fundamental no sentido de dar uma dinâmica para o suplemento: “Você quer



“Eu tinha correspondência com o Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. Eu mandava bilhete para ele, ele respondia, mandava o livro. Tenho quase todos os livros autografados”

saber da literatura brasileira, você pega o Caderno de Sábado. Você tem todo mundo lá”. O João Antônio tinha uma maneira fantástica de fazer as coisas: máquina de escrever, papel carbono – uns quatro, cinco papéis carbono –, ele digitava um conto, um artigo, separava, botava em uns envelopinhos e mandava para

todo mundo. Quando ele faleceu e o material dele foi para a Unesp de Assis, o pessoal encontrou duas cadernetas de endereços: uma que era a normal e a outra que era a especial, que eram essas caras para quem ele mandava as coisas. Eu estava lá nessa cadernetinha. Por exemplo, aquele artigo dele, “Corpo a Corpo com a Vida”, em que ele discute a questão do jornalismo, esse artigo saiu primeiro no Caderno de Sábado, porque eu fui mais rápido para publicar. Ele mandava para cinco lugares ao mesmo tempo. Casualmente, nós fomos mais rápidos para publicar. Deu espaço, a gente publicou, saiu na frente. Depois, ele juntou em um volume. Então, naquele momento, eu tinha uma relação enorme com o pessoal da literatura. Essas coisas meio malucas que a gente faz... Eu tinha correspondência com o Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. Eu mandava bilhete para ele, ele respondia, mandava o livro. Tenho quase todos os livros autografados. Eu estou fazendo um verbete sobre a Clarice Lispector, agora, para um dicionário de literatura. Zaffari, uma companhia de supermercado, edita um dicionário a cada ano, e este ano é a Clarice. Eu estou fazendo sobre a crônica da Clarice. Eu fui olhar, quase todos os livros da Clarice estão assinados. O que a José Olympio publicava, o que a Editora Sabiá publicava, o que a Martins publicava em São Paulo, depois a Record um pouco mais adiante, eu tenho tudo, tudo, tudo autografado.

### Essas correspondências com o Drummond também?

Também, eu guardei. São umas cartinhas pequenininhas, tudo manuscrito pelo Drummond. Eu escrevia à máquina para ele, mas o Drummond é tudo manuscrito, impressionante. E ele fazia isso com todo mundo, não era comigo. Quando eu começo a escrever livrinho infantil, eu tenho a petulância de mandar para ele, e ele me responde. Hoje, eu não faria isso em hipótese alguma, mas na época fazia. Mas eu consegui criar essa relação. Para o suplemento foi um negócio muito legal. Ariano Suassuna, por exemplo. Quando o Ariano morreu, em 2014, o pessoal tinha convidado, na Feira do Livro, vários escritores para ler obras. Eu digo: “Não, não vou ler obra nenhuma, vou ler Ariano”. E fui pegar os livros do Ariano. Eu próprio me surpreendi: eu tinha tudo autografado por ele. E mais: eu cantei a missa armorial do Ariano, regido pelo Cussy de Almeida. Quando ele teve a Orquestra Armorial, que o Cussy criou, eu cantei a missa armorial. Ele foi lá assistir, na UFRGS. Mas não era o coral da UFRGS, era um coral que nós tínhamos, um coral de alemães, diga-se de passagem, do Centro Cultural 25



de Julho. Eu tenho documentado com recorte de jornal. Infelizmente, não se gravou isso. A missa é maravilhosa.

### Você era solista?

Na ópera, eu fui aquele solista de uma frase, de uma frasezinha. Em “Pagliacci”, por exemplo, tem uma frase lá que eu canto. O que se faz, normalmente? Junto com o “Pagliacci”, tem outra ópera pequena. Normalmente, se encenam as duas. Agora me escapa.

Também tem outra frasezinha minha, eu era o

segundo baixo. Mas é uma frase aqui, uma frase ali, mais nada. O resto, fazia parte do coral, não cheguei a tanto. Até porque não tinha muito futuro, quer dizer, você contava nos dedos os solistas que conseguiam fazer carreira aqui no Brasil – em qualquer registro: ou tenor, ou soprano, e assim por diante. Agora, tinha a vantagem de que a nossa diretora de Cultura da prefeitura, Eny Camargo, era soprano profissional, de carreira, e o marido dela era o diretor da orquestra. Então, claro, ela tinha contato com artistas, principalmente dos teatros em Buenos Aires, em Montevidéu, alguns de França, ou de Portugal, ou de Espanha. Essas coisas são muito importantes: você aceita um convite porque conhece o cara, cobra um cachê mínimo, aceita aquelas condições, enfim. Eu não vou dizer que as montagens eram ruins, mas, óbvio, não dá para comparar com montagens europeias. E se usavam muitos os figurinos, o material do Theatro Municipal de São Paulo, do Theatro Municipal do Rio. A Ospa [Orquestra Sinfônica de Porto Alegre] alugava para duas, três semanas, fazia três, quatro récitas. E foi uma temporada, eu diria, que agradou os velhinhos nostálgicos da velha ópera italiana e criou uma outra geração, pelos menos uma ou duas gerações, de novos espectadores, eu inclusive, de jovens espectadores. Então, eu sempre acabei misturando muito a minha vivência cultural, de fazer eu próprio, depois a formação na academia e o trabalho como jornalista. Como hoje, de certa maneira, ainda. Juntei muito jornalismo e literatura, quer dizer, que é o que eu faço hoje também. Na universidade, hoje, eu estou



trabalhando em um curso de pós-graduação de escrita criativa, na Letras, com ênfase na dramaturgia, porque sou dos poucos que posso trabalhar uma história da dramaturgia brasileira, por exemplo. E os alunos ficam encantados em Letras, porque eles não têm essa oportunidade. De modo geral, os cursos de Letras não oferecem isso. De outro lado, estou lá no meu curso de Comunicação Social, trabalhando leituras de jornalismo, onde eu procuro, justamente, explorar muito o aspecto da narratividade do texto do jornalismo, que é o foco, fora a história do jornalismo em geral, que eu procuro estudar.

### Falando ainda em jornalismo, você passou pelo Diário do Sul e pela Istoé também.

Duas histórias diferentes. Quando quebrou o Correio do Povo, a gente ficou meio perdido. Aí o Grupo Gazeta criou o Diário do Sul, que foi uma experiência realmente estupenda. Durou um ano e pico, acho que não chegou a fechar dois anos. Talvez um pouquinho mais de dois anos. Era um jornal standard de altíssima qualidade redatorial, de impressão. O editorial do jornal era sempre uma fotografia de cinco, seis colunas na capa, com um texto-legenda enorme. Era bonito o jornal. Antes de tudo, era bonito o jornal. Mas a RBS fez questão de matar, porque a RBS não admitia uma concorrência: tinha se livrado da Caldas Júnior, “agora aparecem uns caras de fora”. O Diário do Sul acabou formado pelos melhores jornalistas de Porto Alegre, que eram os do Correio do Povo, nós estávamos, quase todos, desempregados. Uns poucos foram para a Zero Hora, e os outros, como eu, ficaram ao deus-dará. E nós todos acabamos indo para o Diário do Sul. O jornal começou sendo impresso na Corag [Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas]. A Corag era a impressora do governo do estado. A RBS passou a atacar o governador violentamente, fazer campanha ostensiva – o governador era o Pedro Simon, do PMDB. Houve uma determinação de que a Corag só fizesse trabalhos para o governo, o que era uma estupidez. Aí o jornal tinha que ser impresso a 100km de Porto Alegre. Imagina a loucura de montar isso tudo de noite, mandar para uma gráfica, rodar de madrugada, vir às 4h, 5h da manhã. Nesses dois anos, houve pelo menos dois acidentes graves com caminhões da empresa, e pelo menos um motorista morreu. Porque é uma estrada extremamente complicada. Ele era impresso em Lajeado, onde havia um grupo gráfico bastante bom. Mas o jornal era extraordinário. Depois, começaram os problemas da Gazeta. E os empresários não tiveram coragem, infelizmente, com pressão da RBS, os empresários – aqueles que podiam ser os grandes empresários – não tiveram coragem de apoiar o Diário do Sul. Foi um projeto que gorou. Nesse meio-tempo, a Gazeta já tinha entrado também no rolo que viria, depois, a fazer com que a empresa falisse também.

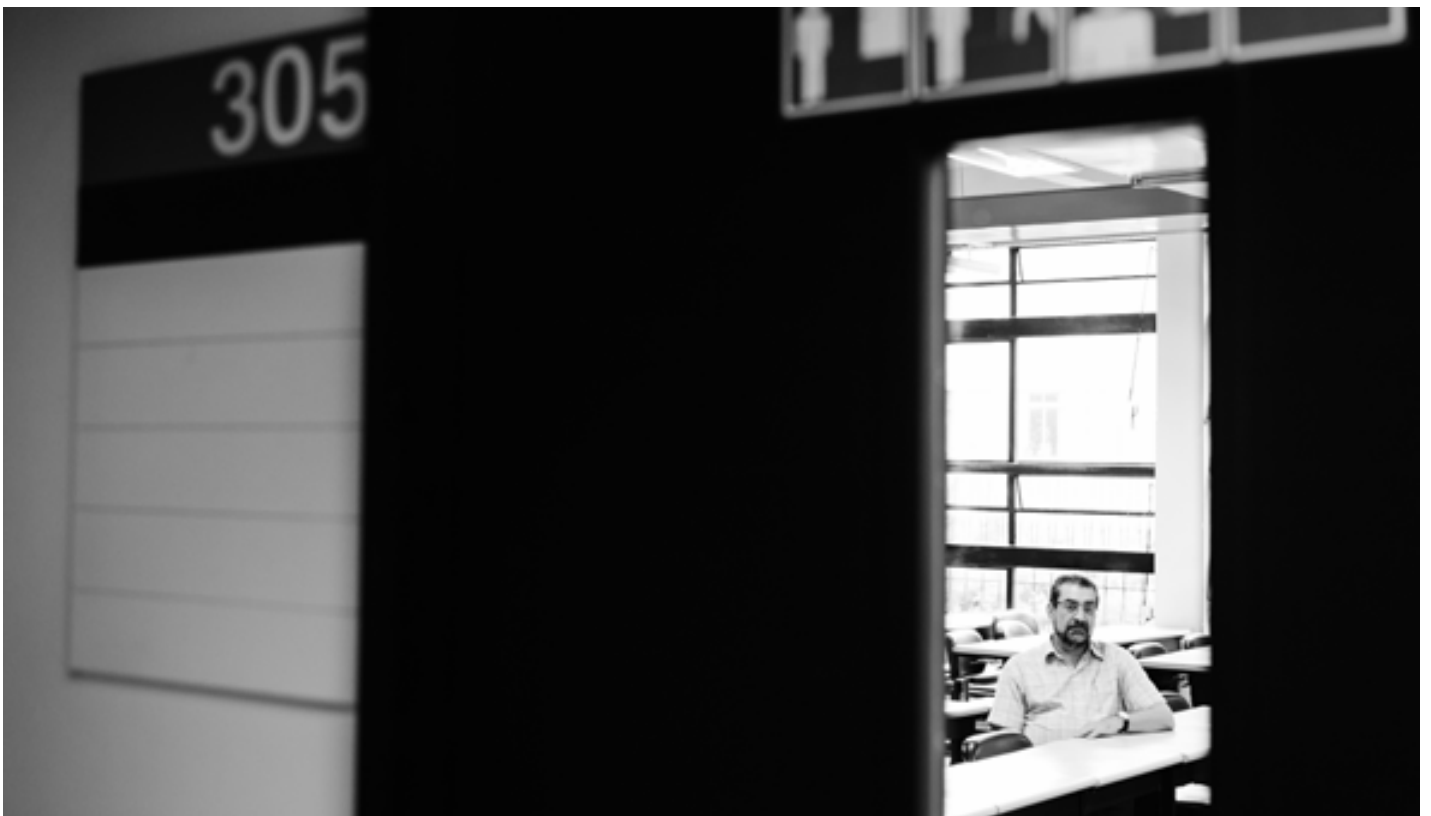
### Isso foi em que época?

Deve ser 1980, 1981, por aí. O Correio deve ter quebrado em 1979. Tanto o Diário quanto esse outro jornal – que se chamava RS, o jornal do Jockyman – eram jornais em que eu fui trabalhar, mas não se ganhava nem um tostão. Eu era um colaborador. Mas era fundamental você ficar no circuito. E,





para mim, era fundamental porque, com isso, eu continuava recebendo os livros das editoras, continuava entrevistando os escritores, continuava mantendo esses contatos e continuava assistindo a teatro, enfim, recebendo os ingressos para teatro. Então era uma questão um pouco de sobrevivência, também. Aí eu fui para esse tal de RS, que era um tabloide. O Sérgio Jockyman era um jornalista antigo lá do Rio Grande do Sul, hoje já falecido. Foi um dramaturgo, inclusive premiado, em algum momento, pelo SNT, Serviço Nacional de Teatro. O Jockyman trabalhou na Folha da Tarde, depois trabalhou na Última Hora, ou vice-versa. O RS era um pouco um jornal de artigos, algumas grandes entrevistas e um pouco de recuperação de velhas matérias. A esposa de um deputado estadual foi assassinada, e houve uma acusação sobre o marido, que era um deputado estadual. E o Jockyman trabalhava na Última Hora. Os caras passaram dois anos explorando esse troço. Cada vez, encontravam uma dama de vermelho, não sei o quê, enfim, coisas desse tipo. Na verdade, um livro agora, lançado há quatro, cinco anos por um jornalista de Santa Maria que trabalhou no grupo dos Diários Associados, hoje foi comprado pela RBS: “A Razão de Santa Maria”. Ele não afirma categoricamente, mas, enfim, os indícios que ele consegue encontrar são de que foi um sobrinho dela que a assassinou porque pediu algum dinheiro para comprar droga, e ela não deu. Ele estava desesperado e acabou a matando. O caso foi rumorosíssimo, porque era um deputado estadual. Nesse meio tempo, tem o golpe de 1964, e ele passa a ser um deputado de oposição, porque era um deputado vinculado ao PTB. Depois, vai para o MDB. Isso também piorou a situação, evidentemente. Ele acabou con-





denado. Houve recurso, e ele pegou uma pena de coisa de quatro, cinco anos, alguma coisa parecida. Quer dizer, acabou ficando muito pouco tempo na cadeia. Mas acabou a carreira dele. Então, o Jockyman vinha de um jornalismo um pouco sensacionalista, policial, era um pouquinho Nelson Rodrigues. E esse jornal que ele fez, o RS, o jornal do Jockyman, não era muito diferente. Mas foi um jornal que circulou muito, tinha boa receptividade. Chegou a ter cem, 150 mil exemplares. Semanal. E ali eu criei uma coluna de teatro. Quando o Collares foi eleito governador, tinha-se que discutir quem seria o novo diretor do Theatro São Pedro. Era, já havia muito tempo, a d. Eva Sopher, que tinha feito a recuperação, a reconstrução do teatro. O Collares tentou tirá-la e botar outra pessoa, e eu me engajei naqueles que defendiam que ela permanecesse. E o Jockyman fez uma matéria contrária e, meio que insidiosamente, tentou alguma fofoca de mim com ela. Aí, realmente, eu enchi a paciência, e disse: “Censura, não. Eu nunca tive esse problema nem durante a ditadura, no Correio do Povo. Não vai ser agora”. Eu saí do jornal e tomei a iniciativa de procurar o Jornal do Comércio. O Jornal do Comércio era um jornal que vinha lá dos anos 1920. Como todo Jornal do Comércio, feito para dar aquelas notícias sobre ações, preço de mercadorias, aquelas coisas todas. O Jornal do Comércio, naquele momento, estava à beira da falência. Mas, nesse meio-tempo, o dono do Jornal do Comércio, o Jenor Jarros, morreu, e a filha casou com um empresário bem-sucedido que veio do interior do Rio Grande do Sul, da cidade de Sananduva, que é da família Tumelero. A família Tumelero, eu diria que foi um dos devastadores dos pinhais da região do planalto do Rio Grande do Sul, como um monte de italianos. Em algum momento, a madeireira deles se transferiu para Porto Alegre e se tornou uma loja de venda de materiais de construção. Eu, casualmente, conhecia muito o pessoal, porque o meu pai, como contador, era o representante, digamos assim, da empresa, ou do escritório de contabilidade lá em Sananduva que mandava os livros da empresa para registrar na junta comercial em Porto Alegre. Então, eu conheci o velho Tumelero e conheci os filhos do Tumelero, que começaram a trabalhar na empresa: um deles, o Nelson Tumelero, que era muito meu amigo, tinha mais ou menos a minha idade, e o outro, que era o Marivaldo. O Marivaldo se tornou, por casamento com a filha do velho Jenor, o dono do Jornal do Comércio, e estava querendo modernizar o jornal. E eu conhecia muito o Marivaldo, fiz uma oferta para ele de criar uma coluna. Já tinha um belo espaço cultural no jornal, para mim, o melhor crítico de cinema do Brasil trabalhava no Jornal do Comércio – ainda trabalha hoje, está com 80 e poucos anos – que é o Hélio Nascimento. Fez parte da Agência Nacional de Cinema, escreveu nas revistas que a Ancine produzia no Rio de Janeiro. Eu procurei o Marivaldo e disse: “Olha, eu queria fazer uma coluna de teatro. Você me paga o salário-base como jornalista”. Ele topou e, de lá para cá, eu escrevo sobre teatro no jornal. O que mudou nesse meio-tempo é que, por uma questão de organização do jornal, todos nós que somos colunistas deixamos de ser funcionários, criamos as nossas próprias empresas individuais. Então nós somos pagos como empresários, como empresa. Todo ano, eles fazem a correção dentro do litígio do sindicato, eles fazem o aumento conosco, atualizam o valor. A diferença é que sou eu que pago meus próprios impostos, eles não têm



compromisso com isso. E eu não paro nunca de escrever. Por exemplo, eu estou no Rio, eu posso ver uma peça e fazer um comentário. Eles não se metem, a coluna é minha. Eu nunca tive nenhum problema de censura com eles – mais de 14, 15 anos já escrevendo lá. E, por incrível que pareça, hoje, infelizmente, é a única coluna de crítica de teatro que existe em Porto Alegre. Porque o Correio do Povo, quando retornou ao formato tabloide, não tinha mais nada dessas coisas. O Zero Hora hoje publica, às vezes, algum comentário, mas não tem um espaço específico para crítica de teatro. E o Jornal do Comércio, ao contrário: eles têm – é um jornal tabloide – quatro páginas diárias dedicadas à área cultural, que incluem, evidentemente, palavra cruzada, incluem coluna social, mas têm um belo espaço dedicado ao noticiário cultural – e mais a capa final, a última capa do jornal, com algum noticiário. E no final de semana, na sexta-feira – eles não circulam sábado e domingo –, eles têm 16 páginas. Tem espaço para o teatro, para o cinema, para a literatura, para a música e assim por diante. É realmente um suplemento muito interessante: no velho estilo não dos cadernos 2, que hoje são a moda e incluem televisão. Não é só nesse suplemento, evidentemente. Você paga o preço para o



acontecimento do jornalismo, as coisas que estão acontecendo, mas ainda tem espaço para você fazer, às vezes, um artigo de fundo que não está vinculado diretamente a alguma coisa. Escrever sobre um centenário, coisa desse tipo. Coisa que nos outros jornais, hoje, você praticamente não tem mais esse espaço. Quando eu viajo, eu aproveito e faço, ainda, matérias de turismo cultural, ou amplio algumas matérias culturais, como eu fazia antigamente para o Correio do Povo. Eu tenho um espaço bem aberto ali, quer dizer, tem a coluna fixa e, fora disso, tem espaços em aberto que, daí, eu ocupo uma página inteira. Não é só a coluna, eu posso usar espaços maiores, o pessoal me abre. Eu deixo isso combinado antes, tenho bastante liberdade. Não preciso ir à redação, hoje a gente troca tudo pelo e-mail. Às vezes, eu vou lá para pegar livros ou coisas assim que o pessoal me deixa. E tenho um editor excelente. O Cristiano Vieira é um belo editor, é um companheiro, principalmente, que ajuda muito a gente a pensar. Claro, tento seguir um pouco a linha do jornal, quer dizer, eu sei quem lê Jornal do Comércio, é



uma elite. Então, eu mantenho a minha linha, que é de cobrir os espetáculos importantes, mesmo aqueles que são meio marginais, digamos assim, mas tenho que levar em conta que, se vai um pessoal da TV Globo fazer uma peça, por menos que eu queira ver, eu tenho que assistir e cobrir, porque no outro dia os caras querem ver aquele comentário, aquela peça. Você tem que fazer um equilíbrio entre as duas coisas. Mas eu acho que faz parte, quer dizer, eu estou fazendo jornalismo, eu tenho que cobrir, tenho que atender um pouco o interesse do leitor. Mas, por outro lado, tenho tido belas surpresas: de repente, receber um e-mail de algum empresário do interior: “Gostei daquele comentário”. Gente que eu não esperaria que fosse ler uma crítica de teatro, uma crítica de cinema, principalmente um comentário meu sobre determinada peça. Eu faço registro de livros sobre teatro, por exemplo. Cubro também a parte de dança e balé em geral. O que for artes cênicas. Se vai um circo mais importante e tem espaço, eu aproveito para colocar. Quer dizer, eu tenho certa flexibilidade na coluna, sem maiores problemas, e tem sido bem legal. Volta e meia, o próprio Marivaldo manda um recado: “Legal o teu comentário”. Então, eu vejo que isso está bem integrado ao jornal. E acho, hoje, que o Jornal do Comércio, realmente, eles estão tentando modernizar o jornal, ampliar assinantes. Eles têm em torno de 60, 70 mil assinantes/dia, de segunda a sexta. Eles estão agora em uma campanha de assinaturas, estão tentando chegar aos 100 mil. É até uma questão de sobrevivência, não adianta. Agora, evidentemente, hoje eles têm o apoio de empresariado. E eles são um jornal que





publica as notas oficiais de balanços de empresas, essas coisas todas – fundamentalmente, no Jornal do Comércio é que se faz isso. Então, na verdade, eles têm um ganho suficiente, que sustenta o jornal. A gente não tem risco de o jornal, de uma hora para outra, quebrar. Nesse sentido, talvez a Caldas Júnior tenha mais risco, com a Igreja Universal – hoje é propriedade da Igreja Universal. Ou a própria RBS, porque a RBS, com a história de televisão e com as experiências que eles vêm fazendo com novos suportes, internet, essa coisa toda, volta e meia eles dão umas derrapadas pesadas, com perdas muito fortes. Aí vem uma onda de demissões. Ou seja, é mais instável nas outras empresas do que no Jornal do Comércio, onde eles têm uma estabilidade bem interessante.

### E a sua experiência na Istoé?

A Istoé foi uma coisa muito gozada. Bom, o editor de cultura da Istoé, que é um escritor também, ele fez um contato comigo: ele queria contratar gente de fora do eixo Rio-São Paulo, para quebrar o favor entre amigos. Porque ele dizia assim: “As grandes editoras fazem uma pressão na revista, e a revista é obrigada a resenhar, às vezes, coisas em que não está interessada mas que a editora quer que sejam resenhadas. E mais: alguns resenhadores acabam fazendo o sistema de ‘você me elogia que eu te elogio’, principalmente naquela identidade entre escritor e jornalista, jornalista e escritor. Eu quero quebrar isso. Então quero gente de fora, que não vai ter pressão, que está mais distante”. Então, nós fomos três ou quatro pessoas convidadas para fazer resenhas na Istoé. Isso durou acho que uns quatro, cinco anos, e foi uma experiência muito legal. Realmente, foi uma experiência muito interessante, porque, aí sim, eu não tinha nenhuma escolha. Ele, na segunda-feira, me dizia qual era o livro, na outra segunda eu tinha que estar com a resenha pronta. Determinava já o tamanho: 20, 40 linhas, conforme fosse. Eu acabei fazendo resenha de semana em semana, praticamente. Foi uma experiência interessante, porque eu peguei outro tipo de público, completamente diverso. Eu era jornalista de Porto Alegre, só. Eu circulava no Rio Grande do Sul inteiro e em um pedacinho de Santa Catarina. Com a Istoé, realmente, você tinha que ter uma outra ótica, porque você estava escrevendo para quem? Eu me lembro de que, quando o companheiro da Lya Luft, o psicanalista Hélio Pellegrino, morreu, e a Lya em seguida publicou um livro de poemas extraordinário a respeito da dor da perda, eu estava indo para Berlim – não sei por quê, algum encontro de literatura –, e eu li o livro no avião. Eu cheguei lá, mandei um recado para o Geraldo: “Esse livro eu quero resenhar”. Ele disse: “Tá bom, tem 40 linhas”. Porque era um negócio realmente fora de série. Então, era legal porque alguns livros eu fazia uma resenha na Istoé e, depois, podia fazer um comentário maior – acho que, nesse tempo, eu estava no RS ainda –, desenvolver. Na Istoé, eu tinha que enxugar muito as ideias. Muito. Mas pegou também alguns lançamentos bons. Nessa fase, a gente estava nos seminários internacionais e no prêmio nacional de literatura da Nestlé – aqueles seminários que eram bianuais, e revelaram muita gente boa também. Acabei fazendo resenha de alguns daqueles livros.



### E a sua aproximação com a literatura infantil, como se deu?

Pois é, a literatura infantil, na verdade, tem a ver com a política. Quando eu dava aulas na Unisinos, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em jornalismo, na área da comunicação social, nós tínhamos alguns alunos que eram estudantes jesuítas. Eram jovens que estavam fazendo a formação para se tornar sacerdotes jesuítas. Eles tinham um trabalho muito interessante com os índios no Rio Grande do Sul. Há uma entidade vinculada à Igreja Católica e eles se integravam a esse movimento. Eles, um dia, me convidaram a viajar no final de semana, e isso se tornou uma prática para mim, eu passei a viajar. Nós alugávamos uma kombi e, de mês em mês, viajávamos para as áreas indígenas no Rio Grande Sul. A gente levava sapatos, alguma comida, alguma coisa assim. A partir de lá, eu fui conhecendo os índios. Nesse meio-

-tempo, eu estava trabalhando com literatura infantil no sentido de resenhar literatura infantil. Tinha começado a vir uma nova leva de escritores de literatura infantil, que a gente passou a chamar de “literatura infantil crítica”, porque não era aquela literatura dos castelinhos, dos nhem-nhem-nhens, tudo em “inho”: o menininho na casinha e assim por diante. Era uma literatura que tinha uma visão mais crítica. E surgiu, nesse meio-tempo, o que se tornaria depois a “Coleção do Pinto”, em Minas Gerais, pela Editora Comunicação, do André Carvalho, que tinha acabado de lançar “O Menino e o Pinto do Menino”, que deu um escândalo, e “Os Rios Morrem de Sede” – foram os dois volumes –, do Wander Pirolí, um escritor, jornalista e ficcionista de Belo Horizonte, que tinha escrito um livro de contos também, que era “A Mãe e o Filho da Mãe”, um livrinho de bolso pequenininho que a Interlivros publicou lá em Belo Horizonte. O Wander Pirolí, nesse livro, “O Menino e o Pinto do Menino”, para provocar, a capa tinha um gurizinho de costas, só com uma camisetinha, de bunda de fora. E a história não tinha nada a ver com isso, a história era um menino que ganha um pintinho no colégio, e a aventura é trazer o pinto para casa, dentro do ônibus, em uma caixinha furada. Ele ficava piando, e o guri desesperado para ninguém mandá-lo descer do ônibus com o pintinho. Depois, ele bota a caixinha do pintinho debaixo do fogão, em um apartamento de BNH, e infelizmente, no outro dia, o pintinho morre. E, em “Os Rios Morrem de Sede”, a história – essa é uma história fantástica – do menino que vai com o pai, em uma madrugada, pegar o trem de Belo Horizonte para uma cidade do



interior, onde o pai tinha nascido, porque o pai quer ensinar o guri a pescar. Quando chegam lá, o rio está poluído. Aí o pai diz: “Filhos da puta”, e o gurizinho: “Filhos da puta”. O livro termina por aí, e foi outro escândalo. Imagina botar um palavrão em um livro infantil. Eu entrei pesado em uma briga em defesa desses livros e de outros títulos que estavam saindo na coleção. Teve gente na Bahia, teve gente no Rio Grande do Sul, teve gente em São Paulo, teve gente no Rio, todo mundo escrevendo que o Ministério da Educação tinha que cassar esses livros, não podiam ser adotados nas escolas. E, na verdade, os livros estavam encantando todo mundo. Entrei em uma briga pesadona nisso aí. E aí, nesse episódio com os índios, houve uma espécie de um choque entre os índios e os camponeses, os colonos, como a gente diz lá no Rio Grande do Sul, que moravam dentro das áreas dos índios. Eram chamados “os intrujos”, os intrusos. Por que isso? Porque, no tempo do governador Leonel Brizola, ele fez a reforma agrária no sul, a reforma no Banhado do Colégio, mas, para o norte, ele criou uma reserva indígena e uma reserva florestal e expulsou os colonos. Ou seja, tinha que dar outras terras para os colonos. Na maioria, não deu terra para os colonos. Curioso é que a reserva florestal foi criada na marra, e ninguém podia entrar. Na colônia dos índios, ficaram os índios e os brancos juntos. Isso acabou dando problema e, por 1978, houve um choque entre os dois grupos, e os índios começaram a ameaçar os colonos – boa parte desses colonos, de origem alemã, italiana, polonesa, que é o que tem lá naquela região do norte, noroeste do estado. E eu fui para lá, quando chegou um jornalista do jornal Movimento, que fazia “Cenas Brasileiras”. Disso eu me lembro bem. Ele dizia: “Antonio, nós queremos ir para lá. Você vai junto?”. Eu digo: “Eu vou, mas, se eu for, vou também fazer matéria”. Pegamos o Assis Hoffmann, que era um fotógrafo extraordinário e que, como eu, estava metido com os índios. Ele fazia uma cobertura muito legal. Nós tínhamos criado uma entidade chamada Anaí, Associação Nacional de Apoio ao Índio, que eu acho que existe ainda hoje. Então, nós tocamos para lá no meu carro. Deixamos o carro em uma cidade maior, fomos para uma cidadezinha pequenininha, daí se chegava na reserva indígena. Lá, a gente conseguiu dar um jeito: pega carona por aqui, porque os parentes dos brancos podiam entrar. O resto, a Brigada Militar, a Polícia Militar tinha cercado tudo. Ninguém entrava, ninguém saía. Bom, nós demos um jeito de entrar. Durante três dias, a gente gravou entrevistas com os índios, com os colonos, tal e coisa. No terceiro dia, a gente foi preso e voltou a Porto Alegre. Isso levou quase uma semana. O jornal Movimento publicou uma página inteira sobre esse material, e eu tentei publicar no Correio do Povo. O Correio do Povo não quis. Aí, com a ajuda do Josué Guimarães, que era na época representante da Folha, eu publiquei esse material na Folha de S. Paulo. Mas aí nasceu a ideia da primeira historinha infantil, que era exatamente uma conversa que a gente tinha tido com uns indiozinhos, umas crianças, em uma roda de fogo, de tardezinha e de noite, falando aquelas coisas idiotas que a gente pergunta para as crianças: “O que tu vai ser quando tu ficar grande?”. Coitadinhos dos indiozinhos, o que tinham na cabeça para pensar? Mas uma guria me respondeu: “Eu vou ser doutora, vou ser advogada, para ajudar os índios”. Aquele troço tinha me marcado muito, e eu fiz uma história. Só que eu troquei a



menina por um menino, porque era mais fácil para contar a historinha. Aí nasceu o primeiro texto, que era o “Porã”. Eu comecei a procurar editor. Como eu trabalhava muito com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, com a Laura Sandroni, mandei para eles, e eles acharam ótimo. Eu tinha escrito sobre o Hélio Pólvora, os livros de contos do Hélio são extraordinários, eu adoro. Tinha feito longos artigos sobre ele. Ele tinha criado uma editora, a Edições Antares. Ele disse: “Eu publico isso”. Ele tinha o contato com o Herberto Sales, que era o diretor do Instituto Nacional do Livro. Então o meu livrinho saiu de cara com financiamento do INL. Ou seja, a Antares deu o selo, o INL pagou e saiu uma edição – acho que de 2, 3 mil exemplares. Vendeu bem, saiu segunda edição. Nesse tempo, eu já fiz o segundo. Aí me dei conta de que a série podia vingar. A Laura Sandroni me disse: “Antonio, isso

aqui é para uma série”. Eu fiz o segundo, que foi “A Primeira Guerra de Porã”, em que eu pego a questão exatamente da terra, a identidade cultural. A partir daí, o pessoal da FTD, de São Paulo, através da Ione Meloni Nassar, resolveu me convidar, e eu comecei a escrever histórias. Parei um pouco agora, e eu estou em um dilema, porque agora tem que entrar com a internet, essas coisas todas, e tem que fazer outro tipo de história. Tenho que ver por onde é que eu saio. A atividade política, quando eu fui vice-governador, acabou me tirando do ar. Mas eu não desisti, a minha ideia é voltar a escrever ficção. Só que agora eu estou envolvido com ensaio, essas coisas todas, outros projetos de livros não ficcionais, mas continuo com a ideia de fazer ficção. Gosto de escrever para criança – acho que é uma experiência muito gostosa – e de ir em sala de aula. Porque eu sou daqueles caras que frequentam sala de aula normalmente. Eu vou bater papo com a gurizada, vou conversar, sento no chão. Eu tenho uns 20 e poucos li-







vros infantis. Duas ou três dessas histórias nasceram de ideias da gurizada. Eu sempre me lembro disso: um gurizinho de quarta, quinta série, uns oculoziños de fundo de garrafa de cerveja, me perguntando, muito sério: “Antonio, você já fez uma história de amor para crianças?”. Eu digo: “Bah, não. Sabe que eu vou pensar no assunto?”. E realmente vim pensando no assunto, e acabei fazendo uma história que se chama “A Greve das Namoradas”, que é a história de um guri de quarta série que namora todas as gurias da sala dele. Esse guri, todas são apaixonadas por ele. Tem um jeitinho para lidar com cada uma. O apelido dele é Namorado. Quando ele nasceu, a mãe dele o chamava de Namorado, a vó dele chamava de Namorado,



a tia chamava de Namorado. Ele dizia: “Quem é namorado tem que namorar”. Então ele vai namorando as gurias todas. Só que um dia ele resolve namorar uma guria da quinta série. Aí as gurias da quarta ficam fúlas, fazem greve. Não conversam com ele, não saem com ele para ir ao cinema no final de semana. Nada. E ele aí aprende que a coisa é por outro lado. Eu só digo que ele se chama Namorado, o apelido, só conto a historinha toda. E aí aparece uma menininha meio estrábica, de oculoziños, que ele achava assim: “Bah...”. Mas é ela que começa a dar a mão para ele, a ficar com ele. E, no final, eu conto o nome dele e o nome dela, que são o Dante e a Beatriz. No finalzinho da história, quando os dois se separam, final do ano, acabou o semestre, eles agora vão para a quinta série, cada um vai para um lado diferente, eu digo: “Dante e Beatriz se separam. Mas iam se encontrar de novo mais adiante”. Então, eu brincava com essas coisas e, quando eu ia para os professores depois, dizia: “Olha, vocês explorem esse negócio. Eu tenho aqui Dante e Beatriz, dá para pegar com o poema do Alighieri”. Mas eu contava histórias, não procurava ficar dando lições de moral nem nada, porque eu acho isso um pé no saco. Muitas vezes, eu fui de júri de prêmio infantil, quando vinha lá: “Esse é um livro em defesa da ecologia!”. Eu digo: “Ai, meu Deus do céu, deixa para lá, não quero nem ler”. Porque, em geral, são muito ruins. Tem uma exceção, que é um livro sobre o mico-leão, de um autor do Rio de Janeiro, que a Record publicou e que conta a história do macaco amarelo, esse que é o macaco mico-leão não sei o quê. Essa história, realmente, o autor consegue contar de forma muito legal. Ele pediu, depois, para eu fazer um prefácio para a segunda ou terceira edição. Eu fiz a orelha, o prefácio, lá sei eu. Mas, fora disso, livro de preocupação ecológica, vou te contar: quero ficar longe. São os piores textos que eu conheço. Se a ecologia depender desses livros, está ralada. Porque até eu, que sou favorável, fico contra, de tanta raiva que tenho. Os autores, de boas intenções, escrevem



horrivelmente mal. E aí eu fui escrevendo. Sabe aquela coisa de quando tu entra no rolo? Tu vai. Tem a FTD. A FTD publicou muito livro meu, eu tinha uns oito ou nove livros na FTD. Depois, editoras lá em Porto Alegre: L&PM, a Mercado Aberto, depois a WS, que é de um escritor, o Walmor Santos – publicou talvez o livro de que eu mais goste, o “Passaramente”. Eu fui botando livro em várias editoras.

“Sou daqueles caras que frequentam sala de aula normalmente. Eu vou bater papo com a gurizada, vou conversar, sento no chão. Eu tenho uns 20 e poucos livros infantis. Duas ou três dessas histórias nasceram de ideias da gurizada”

### Você esteve em Montreal, no Canadá, não?

Foi em 1974 que eu saí. Em 1971, 1972, a gente estava naquelas brigas da ditadura, quer dizer, abre, não abre, e tal e coisa. Eu escrevia sempre sobre cultura, mas claro que eu era muito sacana: eu só resenhava livro do contra. Então, mais ou menos uma vez por mês, o pessoal do Dops me chamava lá para bater um papo. E os caras eram sacanas: eles me deixavam o dia inteiro sentado e depois me mandavam embora. No final do dia, às vezes, o velho Breno, da Caldas Júnior, mandava advogado lá, eu assinava um troço e saía. Mas eu comecei a ficar preocupado: “Numa dessas, o Breno enche o saco, ou o advogado não chega a tempo...”. Eu nunca tive nenhum problema de qualquer pressão física ou coisa parecida. Não cheguei a entrar em interrogatório. Mas, sempre que você recebia um papelzinho, não era lá muito simpático. Você fica na mão e não sabe o que vai acontecer. Eu estava a 500m do jornal – eu enxergava o prédio do jornal. Aí, a gente tinha um contato muito grande com o Canadá, o consulado do Canadá – aliás, no Rio de Janeiro. Eu não vou saber o sobrenome dela, mas a Regina era a responsável pelas relações culturais do consulado do Canadá. E o Canadá tinha muito cinema de animação, coisas que a gente apresentava no Clube de Cinema de Porto Alegre, fazia festivais de cinema. Era eu que ajudava a gerir os festivais de cinema americano que se faziam, via consulado, em Porto Alegre. Também, eu ia aos Estados Unidos praticamente uma vez por ano, como convidado. Então, a gente sempre era convidado, como jornalistas, para fazer viagens culturais. Quando eu tive uma chance de ir ao Canadá, propus uma viagem de 40 dias. O Canadá era um país que me fascinava. Foi realmente extraordinário. Eles me deram os 40 dias. Foi uma loucura, porque eu cheguei exausto, ainda mais que tinha que falar... Se era francês, tudo bem, meu francês andava bem. Para mim, até hoje, é um sacrifício, é complicado. Eu tinha que fazer entrevista, tinha que me encontrar com os escritores, falar com cineastas. Mas eu fiz a minha parte. Trouxe um material fantástico. E, na viagem a Montreal, eu fui convidado a dar uma entrevista para a Rádio Montreal, na seção brasileira, que era dirigida por um paulista, um campinense, casado com uma canadense. Fizemos a entrevista. Depois, na conversa, ele disse: “Nós estamos precisando de gente. Você não



quer vir? Você preenche aqui um troço. Eu vou te mandar depois o formulário. Você preenche o formulário. Você fala fluentemente francês, você quebra o galho...”. Eu digo: “Para ler em inglês, eu quebro o galho. Para falar...”. Ele disse: “Você tem que ler em inglês, porque você tem que traduzir texto. O resto, a gente se acerta aqui”. E eu preenchi lá o application form. Uns seis meses depois, o pessoal da rádio me chamou. Aí eu saí do Brasil. Eu vivi 1974, 1975 no Canadá. Porque pega a campanha eleitoral do final de 1974, quando o Erico Verissimo e o Jorge Amado declaram apoio ao Ulysses Guimarães, que era o anticandidato, aquela coisa toda. A gente, lá, continuou fazendo política. Eu me encontrei lá, como colega, com um sujeito, um goiano, chamado Waltensir Dutra, que estava no exílio – qualquer livro da Zahar, da antiga Zahar, que vocês pegarem foi traduzido pelo Waltensir Dutra. Esse estava no exílio mesmo. Ele tinha saído fugido. Tinha ido primeiro para a rádio do Cairo, no Egito, depois tinha acabado na BBC, e estava chegando – chegou uma semana antes de mim – em Montreal, na Rádio Canadá. A gente ficou muito amigo. Nós tínhamos um grupo, realmente era uma célula de esquerda. A gente traduzia informações que pudessem quebrar a censura existente no Brasil. Só tinha uma regra: nós só podíamos botar no ar o que os jornais canadenses tivessem divulgado. Saiu no jornal, nós podíamos pegar. Como os jornais canadenses cobriam muito o Brasil, e cobriam criticamente, a gente deitava e rolava. Deitava e rolava. A campanha eleitoral, então, do segundo semestre, fizemos toda a cobertura, coisas que não saíam aqui no Brasil, nós conseguimos fazer pelos jornais do Canadá, principalmente os jornais francófonos, principalmente os jornais em língua francesa. Por exemplo, pegar o Globe and Mail de Toronto não adiantava nada, não saía nada. Mas falar da venda, do domínio das multinacionais, inclusive canadenses, sobre a economia brasileira, você deitava e rolava, porque saíam matérias enormes. E nós traduzíamos isso e botávamos no ar – ou nos programas, ou no noticiário. O tempo era o do telex. Você entrava em uma sala com umas 40, 50 máquinas. Quer dizer, nem por questão racional, você podia selecionar. O que nós fazíamos? Nós, de cara, Waltensir e eu, tirávamos a UPI [United Press International] fora, tirávamos a AP [Associated Press] fora. Com essas duas agências, nós não trabalhávamos. A gente pegava coisa da Agence France-Presse, a gente pegava coisa da Prensa Latina, que o Canadá recebia, pegava alguma coisa da Reuters, pegava dessas agências que a gente sabia que tinham uma visão mais crítica em relação ao Brasil. Você tinha que selecionar dez despachos para cada boletim diário. Então, a gente selecionava dez notícias, montava o noticiáriozinho lá e, depois, gravava, editava, fazia tudo, e botava no ar.

“Nós tínhamos um grupo, realmente era uma célula de esquerda. A gente traduzia informações que pudessem quebrar a censura existente no Brasil. Só tinha uma regra: nós só podíamos botar no ar o que os jornais canadenses tivessem divulgado”



### Nessa época, você já era ligado à política partidária?

Não. Na volta, exatamente na volta, quando eu volto do Canadá, eu volto decidido – 1975, 1976 – a entrar na política partidária. Mas eu não sabia nada dessas coisas. Cheguei para cá querendo ser candidato a vereador. Na época, ainda era MDB. Eu era tão ruim que não sabia nem os prazos de inscrição nem nada. Mas já entrei na campanha, ajudando um colega, um amigo meu, que era o André Forster, que estava tentando se eleger deputado estadual. Eu, quando voltei, em seguida, fui dar aulas na Universidade de Caxias do Sul, na área de literatura. O André foi candidato, e eu procurei ajudar o André a se eleger. Ele não conseguiu se eleger. Quatro anos depois, em 1980, eram juntas as eleições. Em 1980, eu fui candidato a vereador pelo PT, o André foi candidato a vereador pelo PMDB, e tinha um outro rapaz, que se tornou grande amigo nosso, o Issac Ainhorn, um israelita, judeu, lá do Bom Fim, em Porto Alegre, que foi candidato pelo PDT. Apesar de partidos diferentes, nós três fizemos a campanha sempre muito juntos. Nós escolhíamos os debates em que a gente ia os três juntos, porque aí um ajudava o outro. Se entrava um cara da Arena, a gente “pau” nele, não sobrava para ninguém. Nós articulávamos: “Vote num, ou noutro, ou noutro. O que interessa é que vocês votem contra a ditadura.” A gente fazia muito esses discursos. E aí eu fiz uma opção pelo PT. Por uma questão muito simples: toda a minha referência intelectual e bibliográfica estava entrando no PT naquela hora: Antonio Candido, Bernardo Kucinski, enfim... Todos os caras que você olhava estavam no PT. Lá em Porto Alegre, o cara com quem eu tinha trabalhado muito era o Olívio Dutra, presidente do sindicato dos bancários. O sindicato pagava espetáculos de teatro para os bancários irem, no Teatro de Arena. E sempre quem era o debatedor – depois do espetáculo, sempre tinha um debate – era eu. Então a gente tinha uma afinidade, tinha um grupo inteiro. Eu fiz a primeira entrevista nacional do Olívio Dutra, para a Revista Civilização Brasileira, do Moacyr Félix. Você encontra lá. Eu fui ao apartamento do Olívio – aliás, o apartamento em que ele mora até hoje, diga-se de passagem, na Avenida Assis Brasil, fazer a entrevista com ele, e o Moacyr Félix publicou. O Olívio estava aparecendo como grande líder do PT, ao lado de gente como o Lula. Então foi absolutamente natural eu entrar para o PT. Agora, me eleger é que foi um susto. Na campanha de 1982, você só podia dar o nome, o número e a cara, e no santinho você podia dar algumas informações. Todos os candidatos do PT diziam: “Já fui preso”, pá-pá-pá. Isso era o grande destaque. Eu também já tinha sido preso, mas eu preferi trabalhar com outras coisas. Eu nunca escondi que tinha sido preso, mas eu achava que tinha outras coisas para dizer. E resultado: acabei eleito em primeiro lugar, e o único vereador do PT. A minha suplente era o contrário de mim. A minha suplente era uma líder popular de bairro, de periferia da periferia da periferia. E a gente se deu muito bem. Eu segui à risca aquilo que o PT, naquela época, estava dizendo: você não é dono do mandato, o mandato é do partido; você tem que trabalhar com as questões das bases populares. Eu fazia isso sagradamente. Todo mês, uma semana eu tirava, saía fora, abria mão do salário, e ela entrava. Isso teve um resultado político fantástico, nós dobramos a bancada, porque os vereadores e o próprio prefeito nunca sabiam se eu estava no man-



dato ou ela, e tinham que tratá-la igualmente. Ela tinha toda a estrutura do meu gabinete, ela funcionava dentro do meu gabinete. Eu disse para ela: “Você assume, mas você tem que saber o que nós estamos fazendo. Você tem que manter a linha do que nós estamos trabalhando aqui”. A assessoria dela era a minha e a minha era a dela, nós trabalhávamos juntos. Ela indicou um cara, os outros eram meus. E quem eram os assessores? Os caras que tinham sido candidatos a vereador pelo PT e que não tinham sido eleitos, com os quais eu tinha certa identidade. Eu acho que não errei. Um deles era o César Alvarez, que hoje é um dos caras grandes em Brasília. Cuida da área de cultura e cinema, algumas coisas de política cultural. O outro é advogado de referência em questões trabalhistas. A mulher dele foi presidente do sindicato dos radialistas, a Carmem. E depois tinha quem mais? Eu tinha mais um ou dois desses companheiros. Um deles se tornou deputado estadual, inclusive. A gente montou um grupo muito grande, um pessoal que era, basicamente, intelectual, que tinha uma militância, que tinha optado por fazer essa militância e que, realmente, a gente marcou um bom período. Foi legal porque aquele primeiro mandato era de seis anos, exatamente porque tinha que acertar depois as eleições coincidentes. Havia 11 vereadores do PMDB, 11 do PDT e 10 da Arena. Então, uma beleza, nós massacrávamos a Arena. Mas o prefeito era da Arena, então nós tínhamos que nos juntar. Sendo 11 do PMDB e 11 do PDT, quem decidia era eu, porque, para onde eu me inclinasse, o grupo ficava com 12. Então, me abriu um espaço fantástico para poder interferir. Tanto que eu fui, de cara, segundo vice-presidente da câmara. Recém-eleito e segundo vice-presidente da câmara. Foi uma experiência muito bacana. E vou dizer: devo muito a alguns vereadores, que foram muito simpáticos, muito respeitosos. Na época, o Valdir Fraga, que foi o presidente da câmara, pelo PDT, e depois viria a trabalhar comigo em um outro momento. Quando fui vice-governador, eu o chamei para trabalhar comigo. Os funcionários da câmara, que não estavam preocupados com partido, eles queriam era ver os vereadores trabalhando a sério. Eles se deram conta de que eu entrei realmente para fazer um trabalho supersério. E era uma época em que você tinha os territórios fechados, assim como tem deputado, até hoje: o deputado daqui, o deputado dali. Vereador também era assim, pelo menos em Porto Alegre. Imagino que em São Paulo deva ser a mesma coisa: você tem os vereadores das regiões. Eu, não, eu tive votos em toda Porto Alegre. Fazia-se contagem manual de votos. Você passar uma semana inteira contando voto é uma angústia. Eu continuei normalmente depois da campanha, indo para o jornal para trabalhar. Desceu um colega radialista, da Rádio Guaíba, e disse: “Antonio, você está eleito”. Eu digo: “Por quê?”. “Você pinga voto.” Pinga voto. Pingou voto em tudo quanto era urna. Praticamente em toda urna eu tive um voto. Sempre tinha alguém que votava em mim. Fiz quase 20 mil votos. Somado com os outros colegas do PT, nós fizemos 25, 27 mil votos. Deu uma vaga para o PT, e entrei eu. O compromisso era, evidentemente, trabalhar a questão de transporte público. Aí entramos na paulada. Eu me aliei com um vereador do velho PCzão, o Lauro Hagemann, que era radialista, repórter Esso do Rio Grande do Sul, melhor voz que o rádio do Rio Grande do Sul tinha, e que era meu colega na Rádio Guaíba. Trabalhava na Caldas Júnior, então era meu



conhecido de anos. Tinha sido presidente do sindicato, e eu fui membro da diretoria do sindicato com ele. Peguei a Jussara Cony, PCdoB. Naquele momento, era vereadora, mas já foi deputada estadual. E tinha um cara do PMDB, que era o Caio Lustosa, que era militante de ecologia, um cara superlegal, com uma formação jurídica. Nós fizemos um quarteto ali que as coisas não passavam por cima de nós. Nós infernizávamos a vida. Tinha muita tramoia com plano diretor e coisa parecida. A gente conseguiu dar uma travada nessas coisas. A gente foi, gradualmente, mudando um pouco a câmara de vereadores. Um sujeito sozinho não fazia, evidentemente, mas você tinha assim: uns quatro, cinco maus-caracteres, uns caras no meio, que não se metiam na briga, e depois passou a ter nós do outro lado. Então você conseguia fazer uma tensão, e aí a gente conseguiu mobilizar muito fortemente os meios de comunicação. Eu tinha um assessor de imprensa que é meu compadre, meu amigo até hoje, o Renato Bohusch. O Renato era fantástico para botar as notícias, para marcar as entrevistas, para dar espaço de contraversão etc. e tal. De outro lado, o prefeito da Arena, que em um primeiro momento é nomeado, o Guilherme Socias Villela, que hoje é meu amigo. E depois, mesmo o João Dib, que é de uma geração bem mais velha, era um cara meio irascível. Mas eu acabei criando relações pessoais de respeito com os caras: os caras batiam, eu batia, mas com certo nível. Eles me respeitavam. Acabou sendo a mesma coisa, quando o Collares se elegeu prefeito pelo PDT. Aí, claro, o PT já tinha uma bancada grande, e era oposição ao PDT, porque nós queríamos ganhar a próxima eleição. Então o negócio era bater no negrão. Mas eu conseguia ter uma relação muito boa com o Collares. O Collares teve um gesto magnífico quando o PT ganhou a eleição e tinha que votar o orçamento. Os caras da Arena e do PDT vieram para arrebentar com o orçamento. E o Collares me chamou de lado e disse assim: “Diz o que tu quer vetar que eu veto”. E vetou. O Olívio tinha feito toda uma campanha contra preço de tarifa de ônibus. Ele me chamou: “Eu tenho que resolver esse problema”. Ele disse: “Tu tem um problema: ou eu dou o aumento agora, ou vocês vão dar no primeiro dia do governo”. Eu fiquei olhando para ele e disse: “Collares, vou dizer o que para ti? Tu vai dar, vai ser a última coisa, vai te queimar”. Ele disse: “Não, eu já estou saindo, para mim não tem problema”. Eu digo: “Bom, então eu assumo contigo uma coisa para você dizer. Eu assumo” – porque já estava definido que eu ia ser o secretário de Transportes –, “eu assumo que eu vou criar um canal de comunicação com o pessoal dos empresários. É só o que eu posso dizer. E vamos discutir claramente as coisas. Eu vou representar o partido. Nós vamos dialogar. Não vai ter o choque”. Porque o Olívio dizia que não ia receber os caras, que não falava com os caras, que ia intervir nos ônibus. E eu cumpri isso rigidamente. Ele deu o aumento, nós conseguimos segurar durante dois meses, e aí realmente não deu para segurar, por culpa do próprio PT, aquelas coisas mais técnicas. Tem uma empresa de ônibus pública em Porto Alegre, a Carris. Naquela época, talvez um quarto dos funcionários da Carris era de antigos funcionários dos bondes. Quer dizer, não sabendo lidar com ônibus, e não tendo mais bondes, a prefeitura ficou com esses funcionários. Mas eles eram da Carris. A prefeitura pagava para a Carris um xis mensal. Então a Carris tinha muito mais dinheiro, como empresa de ônibus, do que as



outras empresas, porque a prefeitura dava esse plus. E o diretor da Carris mentiu para o Olívio que dava para ganhar dinheiro, porque “está aqui o saldo”. Omitiu esse troço, e o Olívio não sabia desse troço. Tinha acabado de pegar a prefeitura, fevereiro, e o Olívio não dá o aumento. Naquela época, o óleo subia a cada dez dias, a cada 15 dias, e as empresas resolveram fazer um locaute. Eu digo: “Bom, locaute não vão fazer”. Eu fui correndo para São Paulo, falei com a Erundina, pedi seis técnicos da empresa deles, que eles estavam acostumados a fazer intervenção em ônibus. E eu disse para o



Olívio: “Odeio o que vou te dizer agora, mas das duas, uma: ou eu peço demissão, vou-me embora, ou então nós vamos fazer uma intervenção nos ônibus. No dia em que eles fizerem locaute, nós entramos nas empresas”. Aí apresentei um projeto montado, inteiro, para o Olívio. Porque a advogada da câmara era uma advogada do PMDB, e odiava os empresários de ônibus. Era pior do que o PCdoB, a dra. Berta. Ela montou um esquemão inteiro. Nós emitimos dezenas de decretos que nos permitiram ter um lastro jurídico, legal, para fazer a intervenção. Se ela não tivesse feito isso, não havia como fazer. Então, na noite em que eles pararam os ônibus, nós entramos nas empresas. Eu passei 48 horas preparando a ocupação. Não era invasão, mas era ocupação. Eu tinha técnicos de toda a prefeitura, que ficaram 48 horas dentro da secretaria. Nós tínhamos os ônibus, com toda a comida, tudo o que precisasse para ficar dentro das empresas. Nós sabíamos que a barra ia ser pesada, e a gente entrou nas empresas na madrugada. Aí ficamos. Foi um inferno. Passamos a intervenção ao longo de dois, três meses. De-

pois, gradualmente, aquilo foi se estabilizando. Aí, no final de outubro, eu saí e voltei para a câmara, para ser presidente da câmara. Era outra tarefa que eu tinha que fazer, que era ganhar a presidência da câmara pela primeira vez em nome do PT. Foi outra briga. Mas, enfim, foram umas coisas assim que me botavam sempre em uma linha de frente. Porque eu tinha maior prática, e tinha sobretudo,



acho que é importante, a prática da comunicação. Eu acho que isso sempre foi uma coisa muito importante. Eu soube sempre usar muito o aprendizado do jornal, do dia a dia, ou das aulas que a gente dava de Teoria da Comunicação. Como é que tu transforma isso em uma prática?

Você começou a sua vida político-partidária ao mesmo tempo em que começou a sua vida acadêmica?

Não, eu já dava aulas. Já tinha dado aulas na Fidene [Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado], já tinha dado aulas na Unisinos, já tinha dado aulas em várias universidades. Mas de permanência, de ter realmente uma carreira acadêmica, decidido que eu ia fazer uma carreira acadêmica, foi exatamente na minha volta do Canadá. Por quê? Porque o jornalista Antonino Gonzalez, que era naquele momento o presidente do sindicato dos jornalistas – perdão, era o presidente da Ari, da Associação Riograndense de Imprensa –, era meu colega da Folha da Tarde e era o diretor do curso de Comunicação Social na Unisinos. Quando eu voltei do Canadá, ele me convidou para assumir as aulas. Porque não tinha que ser doutor, nem mestre, nem nada dessas coisas. Era quem trabalhava no mercado. Eu fui dar aulas de Fundamentos Científicos da Informação, lá na Unisinos. Depois, eu passei a dar Psicologia da Comunicação, passei a dar Cultura Brasileira. Tomei mais duas, três disciplinas. Mas, de novo, esses contatos. Quer dizer, o universo era muito pequenininho, e eu participava muito desse universo. Na Unisinos, fiquei até 1984, 1985, quando, aí sim, o Sérgio Capparelli, que era professor da PUC, me convidou. Eu já tinha dado alguns cursos a convite dele, junto com ele, sobre literatura e jornalismo. Ele faz concurso para a UFRGS e me chama: se eu não queria ocupar o lugar dele na PUC. Claro, em vez de ir a São Leopoldo e voltar, 30km por dia, no rush – era um horror, e hoje é dez vezes pior –, eu podia ficar ali dando aula na PUC. Aí entrei para dar aula na PUC, e, logo depois, houve a possibilidade de realmente ficar mais fixado na PUC. Eu fiz opção pela carreira e, a partir daí, então, fiquei na PUC. Mas eu tinha experiências as mais variadas. Fui professor do primeiro cursinho pré-vestibular de Porto Alegre, o IPV. E quem era professor do IPV? O José Fogaça, entre outros. O Fogaça depois viria a ser o grande deputado e senador, autor de músicas da Música Popular Brasileira, como “Vento Negro”. Depois, prefeito de Porto Alegre. Outro era o Clovis Duarte, que foi o criador de um programa de televisão na TV Difusora, um jornal na hora do almoço – como o TV Vanguarda, que tinha no Rio. E o Clovis, mais tarde, eu vou encontrá-lo na TV Guaíba. Quando eu saio da prefeitura, deixo de ser secretário de Transportes, o Clovis me convida para ser comentarista de cultura. Ele disse para mim: “Nós não vamos tocar em política”. Eu continuava vereador, não era mais secretário, mas ele me convidou como jornalista. Eu digo: “Ok, eu vou como jornalista, mas tem uma condição: quando tu me convidar como vereador, eu vou vir de gravata, e nós vamos falar de política. Quando eu vier como jornalista, eu venho esportivo. Você não toca em política e não me bota no mesmo bloco”. E ele sempre cumpriu muito isso. Então,





ali na televisão, eu ia como jornalista cultural, eu comentava livros. Tu sabe que era um negócio importante? Era um negócio fantástico. Eu fazia dois comentários por semana, de cinco minutinhos. O programa tinha duas horas de duração, eu fazia duas janelinhas. E era impressionante, todo mundo ouvia o programa do Clovis. Só paravam de ouvir o programa do Clovis quando entrava o Jô, e o Jô entrava muito tarde naquela época. O Jô entrava quase meia-noite. O programa do Clovis começava às 10h ou 10h e meia da noite. Então, a última meia hora, em geral, o pessoal não ouvia, porque pegava o Jô. Mas o resto pegava. Eu entrava mais cedo e comentava livro, comentava peça de teatro, comentava show, concerto, uma coisa assim. Era impressionante. As pessoas mandavam recados para o programa – aí já tinha internet –, pediam: “Antonio, dá o detalhe do livro, que eu não peguei”. Eu tinha que responder para os caras, mandando a editora, o nome do livro, o autor. Um negócio impressionante. Eu não acreditava. Os caras diziam: “Eu te vejo todos os dias na televisão”. Eu digo: “Desculpa, eu só vou duas vezes por semana na televisão”. Foram 17 anos de programa de tevê. É uma experiência muito legal: como a televisão cria um vínculo. Aí você entende por que se elege tanta gente de rádio, de televisão, depois, para um mandato público. Porque o cara que está na tevê ou no rádio não sabe disso, mas para o espectador ou o ouvinte em casa: “Tchê, eu te conheço, te vejo todos os dias”. Passa a te chamar pelo teu prenome. Isso é outra coisa complicada: você está na rua, os caras te chamam. Quer dizer, se tu não olha, não conversa, tu é mal-educado, tu é antipático. Essas coisas meio complicadas.

### Você sempre levou paralelamente a vida acadêmica, política e jornalística?

Sim, eu nunca deixei de trabalhar. Isso, para mim, era muito claro: eu não queria depender da vida política, porque sabia o que ia acontecer depois. Aí você escorrega, porque precisa se reeleger, aí faz os acordos, vai por outro caminho, que eu não pretendia trilhar de maneira nenhuma. Então, eu nunca deixei de dar aula, nem quando eu fui vice-governador, e nunca deixei de trabalhar em jornal. E uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Quer dizer, o jornalismo, eu sempre fiz jornalismo cultural. Nunca comecei a misturar as bolas com jornalismo político, nem depois que saí. Eu me mantive sempre em jornalismo cultural, justamente para ter identidades diferentes, e eu acho que consegui. Uma coisa de que eu tenho orgulho é: eu consegui fazer isso, e eu consegui que as pessoas me respeitassem. No último ano como vice-governador, eu sabia que não ia continuar a carreira política, comecei a fazer com que me chamassem de professor Antonio. Passei



a ser o professor Antonio, não era mais o vice-governador. E hoje, é gozado, no Rio Grande do Sul o pessoal me chama de professor Antonio. Eu consegui criar essa imagem, tenho orgulho disso. É uma coisa que me identifica muito.

### Quando e como você começou a enveredar pela pesquisa, fazer mestrado, doutorado?

Quando eu terminei a carreira política, quando eu deixei de ser vice-governador. Ou seja, objetivamente, eu passei a ter tempo full-time, para valer, em 2006. Porque eu fazia pesquisa. Não, claro, eu já tinha pilhas de coisas. Eu já tinha feito mestrado, doutorado, já dava aula. Mas eu digo assim: passei a ser pesquisador – antes, era professor – em 2006. Quando eu não me elejo deputado e acabo meu mandato de vice-governador, passo realmente a fazer para valer, começo a montar grandes projetos de pesquisa. E eu dei sorte, porque eu fiz logo o pós-doutorado em Portugal, em 2008, e foi no momento em que o CNPq ampliou o número de pesquisadores com bolsas. Na segunda chamada, eu entrei, e aí entrei de cabeça realmente. Comecei a criar os grupos junto com os colegas de Portugal, tal e coisa. Antes, eu escrevia e trabalhava muito, dava aula. Já tinha escrito muito livro, principalmente de literatura, alguma coisa de comunicação. Mas eu não tinha pesquisa acadêmica propriamente dita.

### Mas você tinha escrito aquele livro sobre a Última Hora.

Sim, foi o iníciozinho, com uma bolsista de iniciação científica. E a curiosidade foi essa: acho que, naquele livro, a coisa de que eu gosto muito é que eu consegui mostrar que a Última Hora de Porto Alegre era diferente da Última Hora do Rio ou de São Paulo, por essa coisa de ter lá o PTB e o PCB. Lá, você tinha dois partidos. Quando o Brizola foi governador e dava uma greve, você tinha metade da redação a favor do Brizola, outra metade contra, que era o Partido Comunista, ou vice-versa. Eles só se juntavam para atacar o governador Ildo Meneghetti, que era reacionário, da direita. Mas ainda um livro que eu diria muito precário, olhando hoje para trás. Eu não faria de novo esse tipo de livro. Estou terminando agora um, parte de um projeto maior, que está andando muito devagar, que é fazer estudo sobre jornalismo e jornais do Rio Grande do Sul com características diferentes. Então escolhi a Última Hora, um jornal populista mas também político, nacionalista; o Jornal do Dia, para falar sobre jornal católico; e, mais para trás, A Federação, que era o jornal do Partido Republicano Rio-Grandense, criado pelo Julio de Castilhos. Essa pesquisa do Julio está pronta, mas eu nem comecei a escrever ainda, e a do Jornal do Dia estou acabando. Ainda ontem, um amigo me sugeriu, queria publicar um livro meu, e eu disse para ele: “Pode fazer isso com a editora da UFF”. Mas a gente vai fazer junto com a PUC. Eu estudo os editoriais do jornal, eu peguei todos os editoriais e digitalizei. Minha ideia é fazer um livro eletrônico. Quando eu cito um pedacinho, no final tem um endereço, você clica e vai para o editorial todo. Aí eu disse para o amigo: “Eu não quero perder esse negócio, porque



é uma ideia que eu acho legal”. Ele disse: “Então, vamos fazer juntos. A PUC faz o eletrônico, e eu faço aqui a versão papel”. Porque eu faço a história do Jornal do Dia e faço a história da imprensa católica no Brasil, uma linha da relação da Igreja com os meios de comunicação desde o surgimento do Gutemberg às políticas ambíguas, os comportamentos ambíguos que a Igreja Católica sempre teve. Faço toda uma análise das várias encíclicas que tratam da questão da comunicação; destaco o papel do Pio XII, que é o primeiro cara a receber jornalistas no Vaticano de maneira formal; o papel da Igreja quando cria o Office Catholique International du Cinéma, para o prêmio de cinema; o papel quando começa a incidir na criação de jornais católicos por todo o mundo – e no Brasil, sobretudo no interior. Um dos jornais criados em 1948 se chama Jornal do Dia. Foi o jornal que eu cresci lendo, porque, na casa dos meu avós, eles assinavam o Jornal do Dia. Aliás, foi o primeiro jornal em que eu escrevi – algum comentário, alguma crítica, algum artigo. E que parou em 1966. Parou em 1966 por causa da Igreja da esquerda. A teologia da libertação matou – e não é só no Brasil, não foi só no Rio Grande do Sul –, os jornais, pelo menos essa é a minha teoria, em praticamente toda a América Latina. Nunca mais conseguiu recuperar. As rádios, eles ainda têm, e a televisão é esse desastre que a gente vê aí – todas elas, umas menos que as outras. A Aparecida talvez seja a menos pior, mas, quer dizer, cada uma é pior que a outra. São televisões para quem já é catequético, quando a CNBB tem uma posição exatamente contrária: a rádio, a televisão como um meio de levar a mensagem religiosa etc. e tal. Eles fazem exatamente o contrário. Eles fazem censura prévia nos programas de entrevistas.

### Você sempre flertou com a comunicação e a literatura? O seu doutorado foi em literatura, não?

Sim, o meu curso de graduação, mestrado e doutorado foi em literatura. No doutorado, eu trabalho com romance em folhetim. Com o mestrado, eu concluí, digamos assim, o projeto da literatura, tanto que a minha dissertação de mestrado, na verdade, era um projeto que eu tinha montado 12 anos antes. E que nunca ninguém fez. Foi muito legal: os colegas na UFRGS sempre respeitaram, nunca ninguém tocou nesse tema – ele ficou guardadinho para mim –, que é o romance do Ivan Pedro de Martins, o presidente da Juventude Comunista em 1935, quando da intentona. Ele é um capixaba que tinha uma colega gaúcha, filha de grandes latifundiários, e o Partido Comunista diz que eles não podem viajar sem casar. Aí eles casam. Quando dá 1935, eles fogem para o Rio Grande do Sul com a proteção do governador, o José Antônio Flores da Cunha, que tinha brigado com o Getúlio. Eles vão parar na fazenda do pai dela, da família Mercio, em São Gabriel, e o Ivan vira um peão: “Eu não vou viver à custa do meu sogro”. Imagina, um cara comunista... E o Ivan, naquela época, era ferrenho. Aí ele aprende a ser peão, vai levar a vaca de um lugar para o outro, e tem a ideia de fazer dez romances sobre o Rio Grande, a partir das estruturas produtivas do Rio Grande



do Sul. Ele acabou criando três, primeiro o “Fronteira Agreste” – aí ele repete o romance de 1930 –, que é a transformação da estância em fazenda. Ele escreve depois o “Caminhos do Sul”, um ano depois, que é um romance que tomou um pau total, porque diziam que era um romance que não se realizou. E eu provo o contrário. “Caminhos do Sul” é a história das estradas: primeiro as picadinhas ligando as fazendas, depois as rodovias. Depois, por minha causa, ele desmembrou, ficou um volume à parte. É um romancinho pequenininho que tem um título que eu adoro: se chama “Casas Acolheradas”, que é a cidade da região da Campanha, cidade do interior, aquela para onde o sujeito migra antes de vir para a grande cidade, onde vai ser pintor, vai ser funcionário público, onde a mulher vai ser costureira e, se não cuidar, a filha vira puta naqueles bordezinhos com lampadina colorida na beira da cidade. Um outro escritor da mesma geração, que é o Cyro Martins, que vem da fronteira, vem de Quaraí, já tinha trabalhado isso em uma trilogia que ele escreveu nos anos 1930. Muitos anos depois, eu recuperei isso, fiz a minha dissertação. Fui encontrar o Ivan como assessor de economia e finanças do Delfim Netto, na embaixada do Brasil em Londres. O Ivan voltou para o Brasil, começou-se a reeditar a obra dele. O Ivan ainda escreveu mais, publicou mais algumas coisas, inclusive o livro sobre a campanha de 1935. Depois, ele faleceu. Já era um homem de quase 80 anos. Depois, eu parti para o doutorado, em seguida, com a professora Regina Zilberman, que foi a minha orientadora nos dois. Nós tínhamos sido colegas de aula na faculdade, na UFRGS. Ela fez direto a linha de professora acadêmica, foi fazer o doutorado em Heidelberg. Eu editei a tese dela de doutorado, “Do Mito ao Romance”. Sempre fui superamigo dela. O marido dela trabalhou comigo em política quando eu fui secretário de Transportes e presidente da câmara, o Isaac Zilberman. A Regina, eu a escolhi para ser minha orientadora porque eu tinha absoluta tranquilidade de trabalhar com ela, porque ela conhecia o meu projeto, porque a gente se conhecia pessoalmente, quer dizer, ela sabia o que eu fazia. Enfim, era muito fácil a gente conviver. Então ela me orientou a dissertação e, depois, me orientou a tese. Na tese, eu disse: “Regina, eu agora vou dar o salto para o jornalismo. Porque eu vou ficar aqui, preciso me organizar”. A PUC criou um projeto extraordinário. O reitor, o Norberto Rauch, criou um projeto chamado Mil para o Ano 2000. A PUC pagou mil professores para fazerem mestrado e doutorado, tanto locais quanto no exterior, onde tivesse que ser. Bancava o emprego deles enquanto faziam o estudo e bancava o emprego depois de formados. Isso mudou a PUC. Foi um extraordinário salto de qualidade, formou 1,2 mil mestres e doutores. A PUC, hoje, tem mais de 60% de mestres e doutores. Está acima de todas as médias, o que está gerando, hoje, problemas financeiros meio complicados. Mas foi o grande salto. Aí, realmente, eu entrei de cabeça, não parei mais, nessa história de pesquisa.

“O meu curso de graduação, mestrado e doutorado foi em literatura”



## Como funciona o Nupecc, Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação da PUC?

O Nupecc já existia. O Nupecc foi criado pela professora Iara Bendati alguns anos antes, mas ficou no nome, não aconteceu nada. Depois, a Iara faleceu, e a professora Cláudia Moura tentou revitalizar, mas não tinha muita ideia do que fazer. Quando eu terminei o doutorado, eu disse: “Bom, vamos partir agora para esse negócio”. Letras tinha vários grupos de pesquisa. Eu digo: “Vamos criar aqui um trabalho”. Letras tinha acabado de editar, fac-similada, toda a Revista do Globo, que era uma das minhas paixões. Não só eles tinham fac-similado como tinham feito CDs. Tem a caixinha lá. Você entra com os CDs e pode ler a revista inteira. Eu fiquei encantado com isso. Eu disse: “O que tem no Nupecc?”. O pessoal disse: “Tem essas caixas aqui”. Tinha um monte de caixas de papelão guardadas em uma antiga cabine cinematográfica do salão do prédio da Famecos, Faculdade de Comunicação Social. Tinham sido doadas pelo Oswaldo Goidanich e por outro jornalista. Estava lá guardado o material. Eu disse: “Bom, vamos começar a mexer nessas coisas”. A PUC tem dez projetos de pesquisa. Você pode propor, para ter alunos de iniciação. A própria universidade banca. São bolsas curtas: você faz o projeto em março. Em abril, você começa e termina em dezembro. Então eu fiz uma primeira proposta, que era organizar aqueles dois acervos. O Oswaldo Goidanich foi um jornalista extremamente importante, porque ele se especializou em turismo, mas era um cara da área de cultura. Ele era um dos editores do Caderno de Sábado. Ele tinha criado lá nos anos 1930, 1940, no Correio, um salão de artes plásticas. No prédio do jornal, tinha uma sala de exposição de artes plásticas que ele administrava. Ele, depois, era o administrador do auditório da assembleia legislativa, que tinha uma programação intensa. E ele tinha sido, durante muitos anos, o diretor do Touring Club no Rio Grande do Sul, uma entidade que tinha, eu acho, coisas em Argentina, Itália... Enfim, uma entidade meio internacional do turismo automobilístico. Ele inventou uma coisa que se mostrou depois profética no Rio Grande do Sul. O Goidanich inventou o café colonial, para mobilizar Gramado e Canela nos meses de inverno, para fazer turismo lá em cima. Ele estava trabalhando no início da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Então, o Goidanich é uma imagem muito legal como jornalista, com quem eu convivi. Um alemãozão de 2m de altura e que morreu tragicamente, assassinado. Porque ele era homossexual, e foi assassinado por um garoto de programa que levou para dentro de casa. O cara quis roubá-lo e o matou. O cara era de um bom humor, de uma inteligência... Um cara alegre, gozador. Ele ia lá para dentro do jornal quase toda noite. Nós ficávamos batendo papo até 1h, 2h da manhã, que era quando fechava o jornal na época em que eu comecei a fazer jornal. O Goidanich era uma figura extraordinária. O primo dele é o Hiron Goidanich, trabalhava na Zero Hora, era especialista em cinema, trabalhava com cinema e história em quadrinhos. Trabalhou na MPM Propaganda, que fez o primeiro plebiscito lá de 1963, a primeira grande campanha, eu acho, política do Brasil. Tem um livro aí que está sendo lançado agora, pela Nilda Jacks, sobre a MPM. E a sobrinha dele, a Marlene Goidanich, é professora de música na Federal. Agora, já aposentada. Criou um grupo de música medieval, um grupo de câmara. Então, a família Goidanich é um negócio muito



interessante. E estava lá o material todo. Eu fiz contato com o Hiron, fiz contato com a Marlene, comecei a separar, catalogar aquilo. Mas era horrível, porque você tinha que botar máscara, tinha que usar luva, porque aquilo estava tudo cheio de pó de barata e coisas desse tipo. Encontrava barata viva também. O pessoal ficava meio apavorado. Levei uns dois, três anos, mas conseguimos catalogar tudo aquilo, limpar, envelopar, fichar. A partir daí, eu tive um aluno, o Rafael Valles, que fez cinema em Buenos Aires, em nível de mestrado, e voltou para fazer o doutorado conosco. Ele, com bolsa de iniciação científica, escreveu comigo uma pequena história do jornalismo, e fez a biografia do Goidanich e a biografia do outro jornalista, Roberto Eduardo Xavier. Ele se tornou o primeiro secretário municipal de Meio Ambiente em Porto Alegre, no tempo do prefeito Villela, e responde pelos grandes parques que Porto Alegre tem hoje. Todos os grandes parques de Porto Alegre foram criados por esse homem. Então, são duas figuras politicamente e jornalisticamente importantes. Ele trabalhou até o final da vida na Zero Hora. Nós separamos esse material todo e lançamos em um livro as duas biografias. Foi o primeiro produto, digamos assim, do Nupecc. Depois, eu tinha uma outra aluna que começou como iniciação científica – a Aline Strelow, que hoje é professora da UFRGS –, com os romances folhetins, porque eu vinha fazendo isso para o meu doutorado. Ela, depois, fez o mestrado com a professora Beatriz Dornelles sobre o Pato Macho – o Pato Macho é um jornal do tipo Pasquim que se publicou lá em Porto Alegre. Quem é que editava o jornal? Luis Fernando Verissimo, com seus 20 anos de idade, e o Tatata Pimentel. O jornal durou 15, 16 edições e foi proibido pelo monsenhor arcebispo dom Vicente Scherer. A Aline fez a dissertação dela sobre isso e conseguiu emprestada uma coleção inteira do Pato Macho. Aí nós começamos a digitalizar o Pato Macho, e hoje está lá postado. Foi a primeira coleção inteira que a gente digitalizou e postou dentro do nosso site. Eu criei um portal, bonitinho. Então você tem um lugar físico, que é uma sala, com prateleiras de ferro, porque os professores começaram a fazer doações de jornais. A gente começou a ganhar coleções do Movimento, coleções do Opinião, coleções do Nós, Mulheres, coleções do Brasil Mulher, coleções da Istoé, da Manchete. Eu dizia: “Vai passando tudo”. Então tem pilhas de coisas, jornais... Às vezes, um exemplar só do New York Times, não sei de quando. Eu digo: “Deixa aqui. Em algum momento, a gente tem o que fazer”. Está lá. Nesse meio-tempo, eu fichei isso tudo. Isso tudo está catalogado, fichado, colocado em envelopes dentro de caixas. As caixas estão todas catalogadas, organizadas nas preteleirinhas, tudo bonitinho. O que a gente está fazendo? Nós temos digitalizado e postado todo o Pato Macho e quase 200 edições, nesse momento, do jornal Movimento. Você vai dizer: “Bom, mas saiu um livro com DVD do Movimento”. É, mas aí você tem que pagar. Ali, você está com a coisa gratuita. O que estou fazendo é que um ou outro número do Movimento que eu não tenho, estou buscando no DVD e preenchendo. Comecei o projeto com o Opinião. Nós fichamos, digitalizamos e postamos os jornais. Ao mesmo tempo, produzo um estudo sobre esses jornais. Um projeto à parte, para juntar com Letras, sobre críticas de rodapé em suplementos literários. Então, com uma bolsista, eu estou trabalhando com o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil. Nós fize-



mos um recorte, por casualidade – em seguida, ela morreu –, da crítica da Barbara Heliodora. Quando a Barbara morreu, eu, porque estava trabalhando com isso, fiz um artigo de homenagem a ela. Alguém mandou o artigo para as filhas dela no Rio, e as filhas fizeram contato comigo e botaram o arquivo dela à disposição. Isso é uma das coisas que eu já estou fazendo contato, porque tenho que ir ao Rio para fazer uma visita formal. Enfim, ver o que nós vamos acertar para que eu possa trabalhar com a crítica da Barbara, porque isso me atende o interesse da literatura, do teatro e do jornalismo, porque ela trabalhou um bocado de tempo no Suplemento Dominical. Estou fazendo um longo artigo sobre o Suplemento Dominical. Descobri tanta coisa fantástica sobre o suplemento que eu queria fazer um artigo para a SBPJor [Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo] e não deu tempo, porque estou com um material que dá 50, 60 páginas, no mínimo, para fazer realmente um bom estudo. Porque tem coisas fragmentadas, não tem muito uma visão de conjunto. E isso eu quero fazer. Vou fazer com calma, depois vou escolher o que eu faço com isso. Ah, sim, aí descobri em algum momento que eu tinha a coleção completa de uma revista chamada TV Sul Programas. A TV Sul Programas foi a primeira e única revista de bolso sobre programação de tevê que se publicou no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Existiu no momento em surgiram duas TVs, a Piratini e a Gaúcha, ambas independentes – mas a Piratini ligada aos Diários Associados, sim, e a Gaúcha completamente independente, ligada à Rádio Gaúcha, mas não era Globo, não era RBS, não era nada. Tanto que primeiro ela reproduzia a programação da Excelsior, de São Paulo. Quando surgiram as duas, lançaram a TV Sul Programas, que era uma revista quinzenal, de bolso e que tinha um negócio maravilhoso: ela explica o que é a televisão, explica como você faz televisão, explica o que são as apresentadoras de programas. Você não tinha o videoteipe. Aliás, o videoteipe matou a revista. Você tinha tudo ao vivo, toda a publicidade era ao vivo. Você tinha as apresentadoras e as publicitárias que faziam a publicidade. Nesse meio-tempo, Sérgio Reis, com seus 80 anos, re-





solveu fazer mestrado lá comigo. Veio com um projeto de relações públicas. Eu digo: “Sérgio, vai tomar banho, vai procurar outro”. Por quê? Quem é o Sérgio Reis? O Sérgio Reis é um dos 15 técnicos que os Diários Associados levaram ao Rio para fazer o treinamento para botar a TV Piratini no ar. Foi depois para a TV do Recife. Inclusive, a TV do Recife devia sair antes da nossa. Houve um atraso no Recife. Saiu São Paulo, Rio e depois Porto Alegre. O Sérgio Reis, então, botou no ar a TV Piratini, depois botou no ar a TV Gaúcha, depois botou no ar a TV Difusora – que vai ter a primeira programação em cores, aquela Festa da Uva lá de Caxias do Sul – e botou no ar a TV Guaíba. Eu digo: “Tchê, tu tem que contar a história tecnológica da televisão, pelo amor de Deus! E tu tá proibido de morrer. E não pode ser memória. Tu tem que provar tudo que tu disse. Eu quero documento de tudo que tu falar”. Aí eu disse para ele: “Tem a menina aqui que está trabalhando com a revista. Se não achar documento, procura na revista”. E ele passou a garimpar a revista.

### Um campo de pesquisa maravilhoso.

É fantástica a revista, tem cento e sessenta e poucas edições, estão todas digitalizadas e postadas lá. Você entra na revista e se diverte: primeiro artigo sobre a Pimentinha, Elis Regina, surgimento do Roberto Carlos, os primeiros filmes da televisão norte-americana – “Roy Rogers”, “Ben Casey”, “Dr. Kildare” –, e vai por aí fora. E, claro, as lutas de catch-as-catch-can e luta livre, que passavam nos sábados de noite. A Gaúcha botava, a Piratini botava outra, e assim por diante. Quando surge o VT, acabou, porque a programação foi encaixada no centro do país. A revista que ficou foi a Intervalo. A TV Sul Programas morreu. Agora, o Sérgio tem histórias... Porque ele tem alguns livros de memória da televisão. As produções de telenovela, os teledramas que eles faziam, por exemplo, eram fantásticos. Na Sexta-Feira da Paixão, eles sempre apresentavam um teledrama. Depois, passou a vir uns filmes do tipo “Quo Vadis”, essas coisas. Mas, no início, a TV Piratini apresentava uma encenação de três, quatro horas na Sexta-Feira Santa. Tudo ao vivo. Ele contando as brigas, os desafios tecnológicos para resolver os problemas, quando alguém encostava e caía o cenário inteiro, ao vivo...

### As histórias dessa época devem ser fantásticas.

Fantásticas. Eu disse para ele: “Não quero as anedotas, quero as informações tecnológicas”. Para você entender como a televisão evoluiu tecnologicamente. Agora estou insistindo para transformar a dissertação dele em livro. Ele está pesquisando as vinhetas de televisão da época, inclusive aquela famosa, no final, que era dos Cobertores Parahyba, que era um desenhinho animado – existe no Youtube, felizmente. Eu quero que ele tenha umas 15 vinhetas para a gente botar como complemento do livro. Mas eu quero editar o livro com algumas imagens. A mulher dele disse: “Antonio, o Sérgio rejuvenesceu uns dez anos fazendo esse trabalho”. E ele se enturmou, com seus 80 anos, o Sérgio se enturmou com a gurizada. A gurizada andava atrás dele igual galinha com os pintinhos, e ele sem-





pre contando histórias. Ele tem um programa em uma televisão que não é a católica. Tem um programa de entrevistas à noite, entrevistas que, inclusive, em algum momento, foram nacionais. Eu sei porque, quando eu era vice-governador, dei uma entrevista para ele. No outro dia, várias pessoas, de vários lugares do Brasil, me telefonaram, dizendo que tinham assistido. Estava zapeando, viu, assistiu e tal e coisa. Então, é uma figura muito interessante. Eu procuro juntar muito essas coisas. Quando me cai na mão um troço, eu vejo onde é que dá para encaixar e utilizar. O Nupecc, hoje, é isso. O que eu acrescentei? Quando eu fui a Portugal, no pós-doutorado, eu tinha digitalizado os jornais todos, está tudo lá postado e digitalizado. Eu tenho Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa, tanto quanto possível, as primeiras edições de tudo aquilo a que eu tive acesso lá no Porto, na biblioteca pública. Sobre tudo isso, tem sempre um ensaio. Então, todos aqueles ensaios que eu produzi para os congressos estão colocados lá nos espaços. Depois, tem um espaço específico de ensaios, que não são só meus. Porque os autores me permitem colocar. Eu ponho lá dentro os ensaios, e você pode entrar lá. Aí criei os links com alguns espaços internacionais, que têm os grandes arquivos. Eu tenho link com a Biblioteca Nacional da França, tenho link com a Hemeroteca Municipal de Lisboa – você entra em todos os jornais portugueses. A Biblioteca Nacional da França pega todo o material francês. Tenho link com a Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, tenho link com a Biblioteca Brasileira, da USP, o Museu da Imprensa lá do Porto... Eu vou fechando os links para facilitar. O pessoal, em vez de ficar procurando em vários lugares, procura ali. Depois, pode fazer outro percurso, se quiser. Eu espero que isso continue. É um pouco amador. Eu trabalho exclusivamente com os alunos de iniciação científica. Tenho normalmente quatro alunos bolsistas: dois pela PUC, nesses projetos BPA, como a gente chama; e, depois, sempre faço projeto para a Fapergs, a nossa agência do Rio Grande do Sul, e outro para o CNPq. Eles vão continuando. O Movimento, eu estou há cinco anos fazendo, porque é muito lento você fazer o fichamento – ler, fazer a ficha –, depois digitalizar. E fiz um projeto para o CNPq, eu ganhei e pude comprar uma máquina de 90 mil reais. É um digitalizador alemão que pode digitalizar as duas páginas standard de um jornal. E de uma qualidade extraordinária. Claro, eu nunca digitalizo duas, eu digitalizo uma por uma, para poder depois girar. No site, no portal, a gente botou no sistema Issuu e no sistema PDF. O Issuu nem sempre funciona, mas teoricamente eu tenho lá o sistema Issuu, para rodar revista ou jornal. E, no sistema PDF, você roda e pode copiar e tirar a página que você quer. O grosso é realmente o PDF, porque o PDF não falha. Você encontra coisas maravilhosas: o número 1, por exemplo, do Movimento, que tem a manchete que é a imagem de uma plataforma de trem metropolitano do Rio de Janeiro, e o quebra-quebra que houve nos trens porque chegaram atrasados. Isso é 1972, 1973? Quer dizer, 30, 40 anos depois, continua igual. Quem é o autor da matéria: Aguinaldo Silva. Aí você encontra um outro artigo de quem? Do Moacyr Scliar, que era um jovem médico, começando a ser contista. Eu brinco muito com os alunos, chamo atenção muito dos alunos: “Olha como você pode ler coisas cruzadas”. Dois anos atrás, quando houve aquele acidente em Buenos Aires, também com o trem, eu digo: “Olha aqui, até Buenos Aires tem o mesmo proble-



“Quando eu começo a ler a Gazeta, por exemplo, com os meus alunos, os caras ficam enlouquecidos com a publicidade. Porque, se você consegue ler essa publicidade criativamente, é um negócio sensacional. Você vê toda a história da urbanização do Rio de Janeiro através das páginas da Gazeta”

ma. Está aqui a matéria do Movimento”. Eu já fiz artigos que levei para a Alaic [Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação], por exemplo, assim: como é que o Movimento falava da chanchada, da pornochanchada como produto nacional? O Jean-Claude Bernardet fazendo artigos a favor da chanchada, artigos do Pedro Rovai, a quem a gente sempre se refere, que foi um cara muito perseguido. A visão da América Latina que o Movimento e o Opinião têm, como é que cada

um trabalha, como é diferente a visão de um e de outro. O Opinião é mais intelectual e tal. A importância do Opinião ter traduzido os documentos do Watergate, por exemplo. Esse material todo, eu li na época, porque eu era assinante desses jornais, era leitor desses jornais. Um aluno meu, o avô dele quer me doar uma coleção, mas está lá em Erechim. Eu vou ter que andar quase 500km com o carro para buscar o material. Mas, enfim, vamos fazer isso. E tem toda aquela imprensa alternativa: O Saco, o Leia eu tenho quase tudo. Há dezenas de revistas e jornaizinhos: o Extra, o Mais Um, que o João Antônio e outros publicaram... Eu tenho isso tudo, praticamente. A ideia, depois, é digitalizar isso tudo e botar no portal. Ou seja, eu quero fazer um grande depósito em relação à imprensa alternativa – como meu projeto. Depois, os outros vão fazer outras coisas. Eu acho que é legal. Porque a USP está trabalhando com as peças de teatro proibidas. Aí você vai gradualmente fechando esses buracos e recuperando a memória dessas coisas – com os documentos, sem correr risco das interpretações, como é o caso de “A História da Imprensa no Brasil”, do Nelson Werneck Sodré, que é um desastre quando ele escreve sobre o Correio e a Gazeta. É lamentável. Tem que esperar quase cem anos depois para poder corrigir isso, com o livro da Marialva Barbosa. Porque aquele capítulo do Nelson realmente é um desastre. Quando eu começo a ler a Gazeta, por exemplo, com os meus alunos, os caras ficam enlouquecidos com a publicidade. Porque, se você consegue ler essa publicidade criativamente, é um negócio sensacional. Você vê toda a história da urbanização do Rio de Janeiro através das páginas da Gazeta. E o Nelson disse que não valia nada, que era um jornal oficioso.

### Como foi o seu primeiro contato com a Intercom?

Bom, na verdade, antes da Intercom, o primeiro contato foi com a UCBC, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social. Eu estava na Unisinos, então automaticamente passei a participar, quando era professor, dos congressos da UCBC. Me lembro muito, especialmente, de um em São Paulo. Depois, me lembro de um que foi muito complicado, em Florianópolis, quando o dom Hélder Câmara par-



ticipou. Toda hora, tinha boato de que a gente ia ser preso. Depois disso, conheci o José Marques de Melo, conheci a Anamaria Fadul, conheci uma série de pessoas que participavam da UCBC. E se criou a Intercom. Mas eu não participei da Intercom no início, porque, na UCBC, eu acabei me afastando, por causa do mandato de vereador. Quer dizer, eu me dediquei mais à política. Eu continuei dando aulas, mas realmente não podia sair toda hora. Então, eu me concentrei muito nos mandatos de vereador, até porque foi uma barra pesada. Quando, depois, eu retomo os estudos de mestrado em literatura e, principalmente, depois, quando estou dando aula já na PUC, eu retorno para a área da pesquisa. E aí, então, eu vou encontrar o Zé Marques.

### Nós estamos falando de que ano, você se lembra?

É 1994, 1995. Eu já era professor da PUC. E o Zé Marques já tinha dado aulas na PUC, já tinha dado aulas especiais, cursos especiais na PUC. A gente voltou a se encontrar, e ele disse: “Você tem que começar a participar das coisas”. Começou a me convidar. Eu lembro que eu tinha acabado de terminar o mestrado, em 1998, e ele me chamou para um congresso que não era da Intercom, mas aqueles seminários regionais – história das mídias, não sei o quê – que ele fazia. Eu escrevi exatamente sobre as publicações dos anos 1960. Foi um dos primeiros artigos mais densos que eu escrevi e, em seguida, ele publicou em uma revista – que eu tenho. A partir daí, eu fui me aproximando e retornei para valer à Intercom. Passei a vir. Entrei no GP de jornalismo que a Marialva Barbosa coordenava. Em seguida, propus à Marialva a gente fazer antologia ou escrever juntos. A partir daí, eu não parei mais. Quando a Marialva saiu do GP e eu assumi, houve a reforma. Estive muito com a Sonia Moreira no mandato dela. Aí eu assumi o Póscom, tinha um negócio chamado Póscom, em que a gente convidava alguns caras para falar das pesquisas de pós-graduação. Eu coordenei o Póscom acho que por uns três anos. Depois, em 2007, eu estava saindo para Portugal. Tinha previsão de 2008. Nós estávamos em uma reunião em Brasília e o Zé Marques me chamou para almoçar junto com a Nélia Del Bianco e disse: “A Nélia não quer assumir a presidência. Eu quero que você assuma a presidência”. Eu digo: “Não, não posso, vou viajar para o exterior”. Ele disse: “Não, depois que você voltar, não tem problema”. Aí me tirou qualquer possibilidade de negar. Eu fiquei apavorado, evidentemente. Quer dizer, uma coisa era fazer parte da diretoria, que eu ia aprender as coisas da Intercom, mas assumir logo a presidência... Ele disse: “Não, você já foi vice-governador, já foi essas coisas. Já sei o que você pode fazer”. Porque havia brigas entre as figuras mais tradicionais. Eles sempre brigam. A Margarida Kunsch sempre briga com ele, ele sempre briga com a Anamaria... Mas eles, depois, se juntam todos para salvar a Intercom e manter a Intercom. Eu acho que essa briga de irmãos é fantástica. Mas, enfim, eu disse: “Tá, Marques, eu vou sair para Portugal. Depois a gente fala”. Quando eu estava terminando, ele estava me acompanhando, porque eu estava terminando o meu período em Portugal, ele me mandou um e-mailzinho: “Quando você chegar aqui, para em São Paulo. Tenho



“Eu conhecia bem a Intercom, mas uma coisa é conhecer a Intercom, outra coisa é conhecer a diretoria da Intercom e logo virar presidente”

que falar contigo”. Aí foi definitivo, eu comecei a me preparar mais a sério para assumir a Intercom. Mas, ao longo de todo esse tempo, eu estive participando da Intercom: todos os congressos com um paper, sempre apresentando, sempre no grupo do jornalismo, e partici-

participando dessas outras atividades que ele tinha pela Metodista, paralelas. Eu vinha quando ele me convidava, e ele sempre me dava tarefa para fazer alguma coisa. Na Folkcom, eu acabei estudando o Luiz Beltrão, as obras literárias do Beltrão, depois a questão da política e o anedótico da política – por causa da Folkcom. Depois, lá sei eu, fiz uns quatro ou cinco artigos longos, encomendas dele para a Folkcom. Ele pautava, dizia: “Tem que fazer isso”. Aí lá ia eu fazer. Como ele faz até hoje com todo mundo, faz com todos nós. Eu acho isso fantástico, das coisas incríveis que ele é capaz de fazer. E acabei depois assumindo a Intercom. Eu conhecia bem a Intercom, mas uma coisa é conhecer a Intercom, outra coisa é conhecer a diretoria da Intercom e logo virar presidente. Eu disse para ele: “Eu posso ser da diretoria, mas presidente não tem como”. Ele disse: “Não, mas a Nélia não tem condições, então você tem que assumir. A Nélia vai ser vice-presidente contigo, ela te ajuda”. Acabei assumindo a presidência e ficando seis anos.

### Quais eram as prioridades do primeiro mandato, de 2008 a 2011?

Uma linha muito clara que a gente tinha era renovar, atualizar a Intercom, usando tecnologias, enfim, fixando mais claramente as políticas para os jovens pesquisadores, que eram a grande preocupação que a gente tinha, e, ao mesmo tempo, valorizando, e recuperando, e fixando, e institucionalizando todas as práticas da história antiga da Intercom. Isso começou por revitalizar o portal da Intercom. Na realidade, na primeira gestão de três anos, eu e a Nélia passamos o tempo todo envolvidos nisso, porque a diretora que tinha que cuidar disso acabou não tendo coragem de tomar decisões. A gente estava parado, patinando. Eu lembro que eu chamei a Nélia, nós dois conversamos, e eu disse: “Tu assume e eu vou junto. E vamos tocar o barco, de qualquer maneira”. E assim foi feito. Nós contratamos empresas para analisar o fluxo do site, depois propor uma nova escritura para esse site. E assim a gente foi avançando ano a ano, sem perder o que tinha, mas começando realmente a dar uma grande guinada, que o mandato atual da professora Marialva Barbosa deu continuidade. Nós tínhamos esses dois desafios. E o segundo desafio era um planejamento estratégico, que a gente tentou, insistiu ao longo dos seis anos, e não se conseguiu botar isso plenamente de pé. Eu diria, em parte, até, por resistência dos antigos coordenadores da Intercom, os mais velhos, que não acreditavam muito nessa coisa de planejamento estratégico. Então a gente teve eu não digo boicote, mas uma inércia. Ninguém fez nada para acontecer, e a gente sozinho acabava não conseguindo fazer. O



conselho, nesse sentido, é fundamental para apoiar. Então, a partir daí, nós tivemos os três primeiros anos do primeiro mandato. E, significativamente, a professora Marialva já vinha mudando algumas coisas das práticas antigas na Intercom. Por exemplo, o professor Zé Marques gostava muito de medidas de poupança em relação às atividades dos congressos. Então a gente pegava um hotel duas ou três estrelas, enfim, nem sempre tinha a melhor estrutura para trabalhar, coisas desse tipo. A Marialva já estava incomodada com isso. E o primeiro congresso da minha gestão foi exatamente, por uma casualidade, em Curitiba, na Universidade Positivo, e aí a gente deu a quebra total. Nós pegamos um hotel cinco estrelas, fizemos uma boa negociação. O Fernando de Almeida, como diretor financeiro, ajudou muito nisso. A Marialva passou a ir aos lugares e procurar os hotéis, e negociar, e conversar. A gente montava esse esquema todo. Passamos a tentar profissionalizar um pouco mais a Intercom, porque, na verdade, antes era muito coisa entre amigos: “Ah, tu tem um tempinho livre, tu faz isso”. Não se seguia muito o próprio estatuto, que dizia o que cada membro da diretoria tinha que fazer. Aquilo era meio letra morta, ficava lá. Na verdade, todo mundo fazia tudo. Quem fazia tudo de fato era o Zé Marques. Eu gosto de trabalhar com equipe, mas cada um tem a sua função. Quando fui presidente da câmara foi a mesma coisa; depois, mais adiante, quando eu fui vice-governador, foi a mesma coisa. Não quer dizer que você se feche em relação aos outros. É um coletivo, mas cada um tem uma função e responde por ela. Se você precisar de ajuda, está todo mundo junto ali contigo. Então, a gente revisou todos os estatutos e redefinimos as funções de cada membro da diretoria. Por exemplo, me lembro de que a Rosa Maria Dalla Costa, da Federal do Paraná, a ela competiram os prêmios – por exemplo, o Luiz Beltrão. Mas, na verdade, quem acabava se metendo era o professor Marques, porque outro diretor acabava trabalhando com ele. Ou seja, nós passamos: “É a Rosa Maria? Então é a Rosa Maria que vai tocar. E ela tem liberdade de propor as inovações, tudo mais. Quem cuida das finanças é o Fernando? Então é o Fernando que vai tomar decisões”. Eu jamais – jamais – tomei qualquer decisão que implicasse gasto sem consultar o Fernando. Jamais. Sempre dizia para ele: “Fernando, eu gostaria de fazer isso. Agora, vamos ver se isso aqui é viável. Você analisa o orçamento, vê se dá, se não dá”. Sempre – eu acho que isso é fundamental – o presidente tem que respeitar os membros da sua equipe. Senão, ele não precisa de equipe, pode ficar sozinho.

### Nesse sentido, você acha que o modelo de descentralização continuou?

Foi importante eu ter ficado seis anos, é importante que a Marialva, agora, fique três, porque a gente criou uma outra cultura. Outra coisa importante foi essa: trazer jovens para a diretoria. Isso já tinha começado com o Zé Marques. Mas trazer jovens – mantivemos isso. Então, nas minhas duas gestões, havia gente mais experiente, estrategicamente, e passamos a colocar jovens pesquisadores que evidenciavam competência para fazer a administração. Você preparava essas pessoas. Por exemplo, a Marialva, quando se tornou presidente, pôde deixar no lugar dela a professora Iluska



Coutinho, porque a Iluska já tinha trabalhado com ela anteriormente, já sabia como é que funcionava essa coisa. Eu acho esse tipo de coisa fundamental. Então a gente passou a trabalhar de fato com equipe, cada um com a sua função. Isso também diminuiu um pouco o peso de ocupação e um peso de responsabilidade da equipe da secretaria na sede de São Paulo. Porque, coitados da Maria do Carmo e do Genio, eles acabavam fazendo coisas que eram atividades da diretoria: “Ah, o diretor mandava”. Mas quem fazia era a secretaria. E a gente mudou. O diretor passou a fazer, e não passava por secretaria. Se fosse o caso, passava por algum bolsista seu, na sua universidade. Mas não pela secretaria. Houve a coincidência de que a gente queria atualizar, então, a história da Intercom e, ao mesmo tempo, a gente começou a ser despejado da ECA/USP, de um prédio muito velho, muito antigo, de madeira, que era um ninho de barata e de rato, a gente não sabia nem o que tinha lá dentro. Então, nós começamos essa operação complicadíssima, delicadíssima, chata, que era examinar papel por papel, separar, identificar, catalogar, organizar, que foi uma coisa que a Maria Cristina Gobbi e a Maria do Carmo coordenaram maravilhosamente. Contratamos gente para fazer isso. Hoje, você chega na sede de Pinheiros, você vê uma sala com todas as caixinhas com as catalogações dos documentos – alguma parte disso, digitalizada. Ao mesmo tempo, eu propus que em cada congresso nós homenageássemos um antigo presidente da Intercom. Não por homenagear, mas para entender qual era a carreira, a produção e a contribuição acadêmica desse presidente para o campo da Comunicação. Claro, começamos com o Zé Marques, porque ele foi o fundador, o primeiro. Mas não é para dizer: “Ah, o presidente é tão simpático!”. Não, é para examinar o que ele produziu no campo da Comunicação, o que ele colaborou. Se eu pegar o José Salvador Faro, eu tenho que necessariamente discutir com o Faro a questão da história do jornalismo literário, que ele trabalhou nisso – a pesquisa sobre a Realidade, que foi a tese de doutorado dele, e assim por diante. A grande linha foi essa. E, de outro lado, a gente atravessou o período em que a comunicação eletrônica, as tecnologias deram um salto imenso. Eu lembro que a Nélia, no preparo do congresso nacional, um dia me liga desesperada porque tinham entupido os canais todos que nós tínhamos criado para mandar o Intercom Júnior. Por quê? Porque a gurizada já estava trabalhando com outras postagens, muito mais potentes, os nossos canais não davam conta. Então a gente teve que parar tudo. Eu anulei tudo, voltei, dei marcha a ré, eles tiveram que mandar fisicamente para nós. Mas, ao mesmo tempo, a gente começou a buscar uma solução tecnológica para isso. E, nesse sentido, o conhecimento que a Nélia tinha foi fundamental, porque eu sou, de modo geral, muito ignorante em torno dessas questões de tecnologia. Sei usar um pouco as coisas, muito precariamente, mas a Nélia conhece bem. Então a Nélia podia avaliar com as empresas que trabalhavam conosco, muito especialmente a empresa que desde o período do Zé Marques vinha trabalhando conosco, no sentido de saber o que nós tínhamos que fazer; quando fazia a proposta, qual era a proposta que melhor podia ser utilizada; o que atendia melhor para nós. Assim surgiram, gradualmente, as soluções que hoje a Intercom tem. Quer dizer, para cada atividade, você tem uma espécie de manual, você tem uma atividade padrão



que deve ser seguida. Se você quiser trocar, troca, mas muda o padrão. Quer dizer, essas coisas assim, que já tinham começado com o uso do modelo template para mandar os papers, o sistema de entrega eletrônica, essas coisas que foram gradualmente sendo aplicadas. Então, eu acho que, nesse sentido, a Intercom deu um salto muito grande. Mas não começou comigo. Começou ainda no tempo do Zé Marques. Deu um salto muito grande no sentido de se atualizar tecnologicamente, todos os procedimentos, e ao mesmo tempo renovar, revivificar a herança, a história, o passado, enfim, as coisas do anterior, do antes. Eu acho que esse desafio de você avançar de um lado e, ao mesmo tempo, recuar, trazendo esse antigo para o presente, foi fundamental. O desenho do novo portal da Intercom atendeu muito esse tipo de coisa. E esse novo desenho, agora, também parece que atende, tanto que tem lá uma linha de tempo, para você entender o que foi a história da Intercom, tem esses depoimentos que vocês estão fazendo. Enfim, isso é uma coisa que me parece extremamente importante. Por quê? Porque a tendência hoje é só pensar o agora ou o imediatamente depois. E a gurizada tem essa mesma prática porque é a experiência deles. Então eles perdem a raiz, eles perdem a referência do passado, eles perdem de onde é que vieram, ou “de onde é que eu vim?”. E eu acho que a Intercom está conseguindo fazer o avanço e, ao mesmo tempo, a ancoragem, vamos dizer assim. Eu avanço, mas a minha âncora está posta ali, fundo, bem segura. Eu sei de onde é que eu vim, eu sei o que eu já fiz, eu sei o que deu certo, o que não deu, o que eu posso retomar, o que eu preciso categoricamente abandonar, e assim por diante. E sobretudo uma política que o professor Marques de Melo – ele é muito antenado nisso – começou a desenvolver, que é a valorização do estudante em geral e do estudante de graduação muito especialmente. Por quê? Porque esses vão ser os futuros dirigentes da Intercom. Se o Zé Marques está com 70 e poucos, eu estou com 60 e poucos, a Marialva deve estar com uns 50 e poucos, quer dizer, nós todos já demos a volta do Cabo da Boa Esperança. Você tem que preparar gente nova, e os pesquisadores seniores também estão em uma fase desse tipo. Se você não tiver motivado o pesquisador jovem, o cara que é estudante de iniciação científica lá na graduação, o cara que é um mestrando, um doutorando, mas que tem bolsa de pesquisa, se você não valorizar isso, você não vai ter gente interessada em assumir a Intercom depois. Por isso eu acho que a Intercom tem muita vitalidade, porque a gente conseguiu fazer essas pontes. Isso não é política de uma pessoa. Isso, evidentemente, é uma política global de uma diretoria, ou de várias diretorias, e que eu acho que tem sido uma das coisas referenciais em relação à Intercom. Fico muito contente de dizer que, no meu período, a





gente conseguiu realmente conseguiu transformar isso em práticas rotineiras, digamos assim, características da entidade. Por quê? Porque eu sou um fruto disso. Eu fui, entre aspas, cooptado pelo professor José Marques, e ele continua cooptando um monte de gente. Eu tenho, hoje em dia, uma doutoranda, minha orientanda, que já foi orientanda dele no mestrado e que está agora comigo no doutorado, que, por sua vez, é filha de uma doutora que também já foi aluna do Marques em São Paulo, a professora Ana Regina Rego, que é diretora da Rede Alcar [Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia], outra invenção do Zé Marques para estudar história das mídias. Os ciclos, você acaba ligando todas as pontas, mas eles não são ciclos que se fecham. Eles são círculos que se abrem, então você vai cruzando. Quer dizer, essa menina, que é filha de outra professora – um pouco mais jovem do que eu mas que, enfim, é de uma outra geração do que a filha, obviamente –, ela já está preparada para assumir também, daqui a pouco, a coordenação de um GT e coisas desse tipo. E daqui a pouco, quem sabe, daqui a 15 anos, ela pode ser presidente da Intercom.

“Assim surgiram, gradualmente, as soluções que hoje a Intercom tem. Quer dizer, para cada atividade, você tem uma espécie de manual, você tem uma atividade padrão que deve ser seguida”

### Qual foi a importância dos Grupos de Trabalho para o desenvolvimento da pesquisa em comunicação?

Bom, eu te diria que eles são fundamentais, porque você se agrega a um GT que tem, teoricamente, os temas, as atividades que estão vinculadas ao teu interesse de pesquisador. Eu, hoje, por exemplo, sou da história do jornalismo, porque eu faço história do jornalismo. Posso ficar na história das mídias, mas continuo sendo história do jornalismo. Isso me permite saber o que estão fazendo, isso me permite trocar figurinha com outros, me permite divulgar o meu próprio trabalho junto aos outros e, sobretudo, me sentir, talvez, reconfortado, parte de uma comunidade. Senão, a gente fica muito isolado, a gente fica muito com dúvida sobre o que está acontecendo. Por exemplo, nós vamos ter agora, na última semana de junho, em Porto Alegre, na PUC, o congresso anual da associação internacional de pesquisadores em jornalismo literário [International Association for Literary Journalism Studies], que é uma entidade dos Estados Unidos, com uma presença muito forte de europeus. Mas são 180 pessoas. Pela primeira vez vão fazer um congresso na América Latina, no Brasil. Por quê? Um colega nosso, formado aqui por nós mesmos, professor da graduação, é da associação e foi muito provocado – entre outros, por mim, quando ele se aproximou muito de mim e trabalhou comigo com história do jornalismo. Hoje, ele é membro dessa entidade e trouxe o congresso para cá. E eu estou, neste momento, preparando o paper que vou apresentar. Por quê? Nós conseguimos montar uma mesa exclusivamente brasileira e conseguimos propor uma segunda mesa, exclusivamente por-





tuguesa. Nós vamos, portanto, falar português. Não vamos ser obrigados a falar em inglês, que é a língua oficial do congresso. Nós tomamos o cuidado de pegar um colega nosso aqui que é fluente no inglês, e ele vai fazer uma tradução paralela, simultânea, com equipamento, sem que a gente tenha maior despesa ou coisa parecida. Uma tradução mais livre, para situar o pessoal. Então, a organização dos GTs tinha um segundo objetivo – que eu acho que a gente, em geral, não conseguiu atingir, salvo o grupo do rádio. O rádio, com a Nair Prata e a Nélia, parece que conseguiu –, que é a questão de que o GT não trabalha só no congresso, o GT trabalha ao longo do ano, e faz produções, e se articula enquanto rede, tal e coisa. Eu também, às vezes, participei do grupo de teoria da comunicação. Foi daí que surgiu a minha relação, por exemplo, com o professor Giovandro Ferreira, que é do Espírito Santo, hoje está na Federal da Bahia, ou a minha relação com o professor Luiz Martino, da UnB, o que nos levou depois a ter um grupo de Procad [Programa Nacional de Cooperação Acadêmica], que é um projeto financiado pela Capes, sobre teorias da comunicação. Durou quatro anos. Então, o espaço dos GTs na Intercom é propício para você trocar figurinha com os teus pares, no teu campo específico de pesquisa.

### E o fato de haver uma grande área subdividida, como jornalismo, facilita?

Isso facilita, você objetiva mais. Então, eu faço parte da Rede Alcar, eu faço parte da SBPjor, eu faço parte da Intercom e, eventualmente, faço parte hoje de entidades portuguesas, da Socicom [Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação] e coisas assim, mas sempre vinculado às questões de história e teoria do jornalismo. No máximo, de história das mídias, mas com foco no jornalismo – e no jornalismo impresso, muito especialmente. Não é preconceito com o resto, simplesmente é um foco: eu dirijo minha atenção para isso aqui. Nesse sentido, os GTs são fundamentais. E não é só na Intercom, tanto que todas as entidades, de um modo geral, se organizam em GTs, em mesas temáticas. Você vê quem é que está trabalhando na sua área, o que é que cada um está fazendo – para você não se sentir isolado e não perder tempo fazendo pesquisa de uma coisa que já foi pesquisada, ou se colocando um problema que já não é mais um problema na área. Isso me parece que é fundamental. Hoje, eu posso dizer tranquilamente que eu sou um nome de referência tanto em Portugal quanto no Brasil de um modo geral nessa coisa específica da história do jornalismo luso-brasileiro, inclusive nos jornais portugueses, ou angolanos, ou moçambicanos, ou cabo-verdianos, ou brasileiros – do século XIX com especial destaque, que vai mais ou menos até 1930, quando tem o Estado Novo de Portugal, com Salazar, e aqui do Brasil com Getúlio Vargas. E isso é bem claro porque, quando o CNPq tem que pedir pareceres para bolsas ou, enfim, para qualquer proposta que chega lá nesse campo, quem recebe sou eu. Então é gozado, porque hoje eu já sei quem é, quer dizer, quando chega o projeto, não precisa vir assinado: eu leio e já sei de quem é a proposta. Para mim, tanto faz se vier assinado ou não, ou for parecer cego, porque para mim não



é cego. Nessa área, não é cego. Eu identifico imediatamente quem está fazendo o quê, a não ser que seja uma coisa absolutamente nova. E agora mesmo a gente ampliou os laços com Portugal. Portugal criou uma associação de professores no campo de jornalismo – impresso, especificamente –, e já me convidaram. Eu já estou dentro dessa associação, vou ser conselheiro da revista que eles começam a publicar, e já tem um congresso em Valência, agora em outubro, vamos estar lá – isso envolve Espanha junto. Quer dizer, você vai criando um espaço onde você atua, é reconhecido pelos teus pares e trabalha em conjunto. Isso ajuda a fazer os coletivos, as grandes redes depois, que é a preocupação, de modo geral, que a gente tem, que as grandes agências financiadoras querem e procuram fomentar o mais possível.

### Fale um pouco sobre a internacionalização da Intercom. Na sua gestão, houve o I Colóquio Brasil-China, não?

Sim, mas já preparado pelo Marques. Na verdade, nós realizamos, mas ele já tinha sido programado pelo Marques. Olha, você tem dois caminhos para fazer a internacionalização: você depende de uma relação direta de um pesquisador com outro pesquisador ou você tem a relação das entidades. A Intercom optou pela relação das entidades. Claro, muito ancorado na figura do Zé Marques. Mas depois você fazia isso institucionalmente, quer dizer, era a entidade brasileira Intercom com a entidade francesa, a entidade brasileira com a entidade chinesa, a entidade brasileira com a entidade espanhola, ou inglesa, ou chilena, ou mexicana, e assim por diante. Agora, veja, como é que eu me aproximei dos portugueses? Exatamente por causa disso. Vinham à Intercom, tradicionalmente, o Urbano Rodrigues, o Jorge Pedro Sousa, o Nelson Traquina. E, em uma dessas, eu conheci o Jorge Pedro, e a gente, enfim, passou a ter uma relação muito legal: interesses comuns, o tipo de pesquisa que ele fazia, também história da imprensa. E eu passei a me aproximar dele. Quando eu fui fazer meu pós-doutorado, em 2009, o Jorge Pedro me ajudou muito a criar esse clima, o reitor da Universidade Fernando Pessoa, onde ele trabalha, me recebeu, ele era também dessa área, me propiciou acesso ao acervo. Na verdade, eu fui trabalhar com jornalismo luso-brasileiro, quer dizer, Portugal e Brasil. Ele, lá, me propôs: “Não, você vai trabalhar também com as colônias antigas africanas e asiáticas: Goa, Angola, Moçambique, Cabo Verde”. E foi fantástico. É o meu projeto de vida hoje em dia, literalmente o meu projeto de vida. Foi se alargando essa relação, eu já fui duas, três vezes a Moçambique. Participo, lá, do conselho da revista da entidade nacional deles. Esse congresso que em outubro vai acontecer em Cabo Verde, da Lusocom [Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação], é um produto da nossa atividade da Intercom. Basta dizer que o primeiro livro de pesquisadores do Cabo Verde foi editado completamente à custa da Intercom. Nós editamos o livro aqui no Brasil e mandamos de avião o livro – isso, dois anos atrás – para o primeiro congresso que eles fizeram. Agora é o segundo. E temos tentado interferir no processo de Angola, que é um pouco



mais difícil, pelo sistema político que Angola ainda tem, de partido único. Mas em Moçambique, por exemplo, nós ajudamos muito, com toda certeza, a quebrar uma divisão que havia, de dois blocos diferentes. Até criou-se agora uma entidade única, presidida pelo professor Tomas Jane, que vai, portanto, facilitar muito o trabalho dos pesquisadores lá. E é o mesmo em relação à América Latina, foi o mesmo em relação à criação da Confibercom [Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação] e assim por diante. Eu e o Jorge Pedro acabamos criando projetos em comum, acabamos tendo um livro em comum. E esse é um projeto que continua. Mas nasceu dentro da Intercom. Então, na verdade, os GTs são fundamentais nesse sentido. E a internacionalização também se deu assim. O que é que nós somamos? Nós somamos é que, antes, nós recebíamos muito o pessoal e não éramos necessariamente convidados para ir. Então o que a gente enfatizou nos seis anos da minha presidência foi: só se faz colóquio com gente que também nos convida. Então, se eu faço um colóquio com a Inglaterra nesse ano, no máximo dentro de dois anos eu quero que o Brasil seja convidado para fazer um colóquio lá. Não sou eu e não é só a Intercom: é o Brasil, através da entidade brasileira, que é a Intercom, ou a entidade similar da Inglaterra, ou da China, e assim por diante. Isso, de novo, faz uma institucionalização. Você cria a relação a partir das instituições, e não a partir dos indivíduos, o que torna também mais coletivo, e disponibiliza mais, e universaliza mais o produto dos estudos e das pesquisas. E a outra coisa que eu acho fundamental que o Zé Marques sempre fez foi a edição do material, quer dizer, a Revista da Intercom, que hoje é a melhor revista do Brasil, considerada aí pela Compós, na avaliação dos pares. E a publicação dos livros – até há pouco, tudo em papel e, na gestão da Marialva, basicamente eletrônica – também foi outra coisa básica. Ou seja, é evidente que é importante para o pesquisador poder publicar, poder divulgar o que ele faz. Antes foi o papel – a revista e o livro –, agora é o livro eletrônico, a revista eletrônica. E é fantástico você ver a quantidade de acessos que sobretudo a revista recebe internacionalmente – claro, muito especialmente da África Portuguesa, da Índia, de Goa, de Portugal e Espanha. Mas o eletrônico nos deu essa possibilidade maior da universalização.

“Se eu faço um colóquio com a Inglaterra nesse ano, no máximo dentro de dois anos eu quero que o Brasil seja convidado para fazer um colóquio lá. Não sou eu e não é só a Intercom: é o Brasil, através da entidade brasileira, que é a Intercom”

### Voltando ao Portcom, do qual já falamos antes, ele foi pensado como se fosse um Google...

Exatamente, você expressou exatamente uma coisa que eu conversei e defendi com o professor Marques de Melo, com a professora Cicilia Peruzzo, com a professora Marialva, que eu disse: “Olha, no nosso tempo inicial, quando a Intercom idealizou o Portcom, nós não tínhamos essas ferramentas.



Hoje em dia, não é só o Google. Você tem o banco de teses da Capes. Não tem sentido nós botarmos isso tudo na Intercom. Já está lá na Capes”. O máximo que eu posso botar é o link. Eu ponho o link para a Capes, eu ponho o link para isso, eu ponho link para aquilo, mas não vou botar ali um material que vai estar enchendo... Mesmo que a gente diga que é etéreo, é virtual, mas enche espaço, de toda maneira, no provedor. Você tem uma atividade maior, que exige um provedor mais caro, mais complexo. Tanto que nós compramos, na minha gestão, dois servidores para continuar vinculados lá com a USP, através da ECA – graças à presença da professora Margarida Kunsch, que foi a coordenadora desse processo. Quer dizer, nós dependemos hoje, temos esse apoio da ECA/USP. Mas, quer dizer, não tinha por que nós ficarmos fazendo isso. Então a gente centralizou, tornou o Portcom um repositório das coisas da Intercom. E olha que já é muito. Então foi importante recuperar toda a revista – a revista está toda digitalizada –, fazer os livros eletrônicos – eles estão sendo gradualmente postos, na medida do possível – e recuperar os livros antigos, digitalizando e também recolocando na rede. Hoje, a rede realmente é o melhor processo. E quem quiser imprimir, bom, baixa o livro eletrônico e copia em papel, não tem problema nenhum. Eu sou um que, volta e meia, copio um livro em papel, porque eu gosto de ter o livro em papel. Não tem problema nenhum.

### Parece um bom caminho para o Portcom, então?

Eu fui um dos que mais defenderam isso. Fiquei contente que isso foi aprovado, porque eu acho, em primeiro lugar, que a Intercom não tem que ficar fazendo duplicadamente o que já está sendo feito por outras entidades. E não tem que, de certa maneira, usurpar papel de outras entidades. Cabe à Capes fazer isso que está fazendo. Cabe ao Google, que faz isso com absoluta tranquilidade, é um projeto que o Google tem – não conosco, mas com todo mundo. Então por que eu vou competir com eles onde eu não vou ser melhor? Então deixa eles fazerem isso bem. Eu vou fazer aquilo que eu posso fazer enquanto Intercom, e o que eu posso fazer é isso: é guardar direito o que circula por dentro da Intercom, que são os congressos regionais, que já são cinco, o congresso nacional, que é enorme, e outras atividades, colóquios, coisas assim, que se fazem. Isso tudo vai para a nossa memória, para o nosso Portcom, mas aquilo que está vinculado com a Intercom, que é exclusivamente nosso nesse sentido.

### Falando em memória, foi na sua gestão que se criou também aquela linha do tempo.

Nós tínhamos o aniversário da Intercom, os 30 anos, e a gente começou a discutir as diferentes atividades que seriam feitas. Aí surgiu na diretoria, com a Maria Cristina Gobbi, com a Nélia, a possibilidade de fazer uma linha de tempo. E aí se começou a trabalhar forte. Também, isso estava muito vinculado ao fato de que a gente já tinha recuperado todo o arquivo morto da Intercom, já tinha posto toneladas de papel fora, que eram simplesmente documentos, recibos, coisas absolutamente ultra-



passadas. Selecionamos e guardamos tudo aquilo que era referencial realmente. A gente discutiu, aprimorou, a professora Marialva deu alguns palpites, eu dei outros, e assim a gente tem trabalhado. E eu acho que, nesse sentido, é importante lembrar que o site da Intercom é também um site da memória da comunicação no Brasil, institucionalmente falando. E aí porque eu lamento que alguns caras, no calor da hora desses debates que a gente está vivendo agora em torno da presidente Dilma, dizem assim: “Ah, mas a Intercom não tem que ter convênio com a Globo”. Ah, pelo amor de Deus! A Globo nunca se meteu conosco. A Globo nunca deu um palpite conosco. Pelo contrário, nós levamos enormes vantagens de trabalhar com a Globo. A Globo aprendeu um monte de coisa conosco. A Globo tem a possibilidade da legitimação através da Intercom? Sem dúvida que sim. Isso é uma vantagem da Globo, mas nós também temos vantagens de levar os nossos pesquisadores para dentro da Globo. A Globo se mostrou mais flexível, mais sensibilizada para atender pesquisadores, não quer saber: “Vai falar bem ou vai falar mal? Se falar mal, eu não ajudo”. A Globo não faz mais essa pergunta. A Globo ou libera, ou não libera, e ponto final. Mas não é porque é a favor ou é contra. Mesmo que alguém queira falar mal da Globo, vai ter que pesquisar a Globo. Vai ter que pesquisar na Globo. Então é importante eu ter a Globo como minha parceira nesse trabalho. E se puder fazer com o SBT, se puder fazer com qualquer uma... Com uma diferença: a Globo é melhor. Se não tiver a Globo na televisão brasileira, imagina o que nós vamos ter. A Rede Viva? Ou o SBT? Ou a Manchete? A Bandeirantes? Ou seja, a gente tem que saber separar as coisas. Eu não morro de amores pela Globo, eu não concordo toda a vida com a Globo, mas a Globo é uma instituição que está aí, que tem uma história e tem produções fantásticas. Então, por que eu vou complicar ter acesso a essas coisas? Por exemplo, o que eu inovei na relação com a Globo? Exatamente isso que nos dá autonomia. A Globo não propõe o tema. Quem propõe o tema somos nós. Qual é o tema? O do congresso. Então, cada ano, no seminário com a Globo, o tema é o foco do congresso. Ponto. E, se ela disser que não pode, não pode. Mas nós não vamos mudar ou coisa parecida. E a gente aprendeu muito. Eu acho, por exemplo, que, quando a gente trabalhou a questão do jornalismo de guerra há dois anos, por causa da guerra de 1918, a Primeira Guerra, foi muito interessante. Foi das melhores mesas, dos melhores seminários que a gente teve, foi ouvir os jornalistas da TV Globo contando o trabalho deles como repórteres especiais. Eu lembro que foi tão importante que eu sugeri para a TV Globo que eles liberassem esse material. Porque, em geral, eles não liberam. Quem está ali aproveitou; quem não está, aproveitasse, e ponto final. E eles liberaram esse material com os depoimentos dos grandes repórteres que eles têm nos cenários de guerra: na Líbia, no Iraque... Foi muito interessante. Então, eu não tenho medo de fazer convênio com a Globo ou com qualquer outra entidade. E os critérios que a gente passou a adotar. No início, era assim: no fundo, no fundo, o professor Marques escolhia quem eram os 30 que iam. Pronto. Hoje, a gente tem regras. A gente guarda dez vagas para decisão da diretoria ou membros da diretoria. As outras 20 vagas são disputadas com um paper que é apresentado, e se escolhe: os melhores 20 papers são os autores que vão. Pronto. Desde que o



autor esteja vinculado ao tema. Eu não vou me candidatar, por exemplo, este ano a fazer o seminário, porque não é o meu tema. Mas, no ano passado, eu estive muito interessado, porque era um tema que me interessava. E assim por diante. Eu acho que também tem esse respeito com os pares. Não quero tudo para mim e o resto que se dane. Sempre é isso: a ideia do coletivo. Uma entidade é assim, é articular o coletivo. Se os outros ganharem, eu estou ganhando junto, não tem problema nenhum.

### Foi na sua gestão que se fez a Enciclopédia Intercom de Comunicação?

Sim, foi na minha gestão que aconteceu, mas não foi uma ideia minha. Foi uma ideia do professor Marques, e ele encarregou especialmente a Marialva. Como eu era presidente, não tinha condições de fazer, a Marialva ficou mais diretamente encarregada de coordenar. Mas eu respondi por alguns subsetores, para trazer os tópicos e chamar mais gente. E esse é o tipo do projeto eminentemente coletivista. Como está escrito em algum lugar da própria enciclopédia, são quase 2 mil verbetes, são mais de 3 mil pesquisadores. Eu acho que o projeto ainda tem um defeito, que é: não houve, na verdade, uma editoração final, uma unificação de estilo, de critérios para a composição dos verbetes. Isso é uma coisa que teria que se fazer. E, na verdade, eu estou em débito com o professor Marques, porque ele pediu que eu fizesse isso, e eu não consegui fazer isso ainda, pela multiplicidade de coisas a fazer. Mas veja que isso acabou gerando e provocando que se fizessem outros tipos de dicionários de comunicação, como o do Ciro Marcondes Filho, que não tem a ideia enciclopédica como o nosso, é um dicionário, mas que tem um apuro teórico melhor, mais equilibrado, mais unificado do que o nosso teve. Porque, claro, se você faz o coletivo, você tem que ter depois uma equipe enorme para fazer a unificação dos textos. Isso é muito difícil quando você tem só voluntariado. Mas eu diria que, nessa versão do CD inicial, foi uma bela experiência. Isso tem que ser retomado no sentido de ser absolutamente revisado, editorado e completados alguns verbetes que faltam, e por outro lado dar continuação ao que era o projeto. Faltariam mais dois volumes: um volume que seria um dicionário dos autores e teorias e o outro volume, um dicionário das entidades e instituições. Eu tenho, enfim, 68 anos. Tenho mais dois anos aí para teoricamente me aposentar da PUC, e daí, quem sabe, um pouco mais de tempo para coordenar esse projeto.

### A repercussão foi boa?

Eu acho que foi, tanto é que piratearam o nosso dicionário. A gente botou o dicionário disponível no site, fizemos uma pequena impressão de CDs – acho que foram 200 exemplares, uma coisa assim – e pelo menos duas entidades piratearam a nossa enciclopédia. Nós tivemos que entrar com notícias-crime. Nós ganhamos e eles tiraram fora. Não chegou a haver nem processo litigioso, porque, quando houve a notícia-crime e houve a citação, as instituições voltaram atrás em seguida e retiraram. O problema é o seguinte: isso acabava sendo utilizado sem citação de fonte. Porque nós



não tínhamos pensado em fazer assim. Nós fizemos o CD para fazer um teste e para que as pessoas pudessem contribuir, dizendo: “Olha, está faltando isso, está faltando esse verbete, não está bom aqui”. Enfim, para a gente poder revisar, para depois chegar a uma versão em livro, em papel, e outra versão eletrônica – aí então, sim, mais completa. Na verdade, a gente não conseguiu chegar nessa etapa por absoluta falta de tempo.

### Qual a importância da Intercom para a institucionalização da Comunicação como campo de estudo?

Eu acho que a principal questão que a Intercom traz é o fato de que ela é um espaço para debate muito aberto. Às vezes, as pessoas dizem: “Ah, mas na Intercom todo paper que é mandado é aceito”. Não é bem assim. Mas nós somos, em primeiro lugar, a única entidade que trabalha com aluno de graduação. Isso é fundamental. Por quê? Porque o aluno da graduação depois vai passar para a pós, depois vai virar o pesquisador. Se eu não tiver esse cara provocado desde o início, e essa é a filosofia também da iniciação científica, eu não vou ter o cara depois, lá adiante, na pesquisa. Ou seja, eu estou criando dentro da Intercom um espaço da graduação que garante a continuidade da pós-graduação e do campo da Comunicação propriamente dito. Hoje, a Intercom tem meio a meio do espaço entre o graduando e o pós-graduando. E isso mostra a vitalidade da área, isso mostra que, na verdade, cada vez mais eu consigo criar espaços e alternativas de diálogo entre o pesquisador mais experiente, profissionalizado, e o jovem pesquisador, que precisa, evidentemente, aprender rotinas, aprender processos, aprender avaliações. E eu te dou um exemplo que eu acho fantástico. Para você poder ter esses espaços dos jovens, você mobiliza centenas de professores para serem os jurados, para serem os avaliadores. E de novo a Intercom inovou, quando fez um cadastro de professores disponíveis para realizar esse tipo de tarefa. Porque, normalmente, a tarefa de avaliação, de seleção, ela é muito complicada. As pessoas não gostam de fazer, porque dá um trabalho desgraçado e, do ponto de vista da avaliação do teu programa, da tua atividade, vale pouco. Então as pessoas correm. E, ao contrário, na Intercom a gente conseguiu criar uma política que eu acho interessante. As pessoas querem se disponibilizar para ajudar. Não ajudar a Intercom, mas, através da Intercom, ajudar o jovem pesquisador. E aí entra outra coisa que eu acho também importante: o envolvimento das faculdades e das instituições. Aí, sim, isso tem muito a ver com as nossas gestões. Antes, a gente quase que pedia: “Pelo amor de Deus, receba o congresso”. Porque, olha, o congresso nacional é um peso desgraçado, e os regionais não são muito melhores, porque é muita gente, porque é muita atividade, há muita coisa para fazer. Com a prática, a gente institucionalizou que a faculdade que recebe o congresso tem 30% da participação no lucro que foi gerado naquele congresso. Isso, em primeiro lugar, viabilizou os congressos na maioria das universidades, porque a universidade adianta um dinheiro mas sabe que vai receber de volta. E o grupo que trabalhou sabe que tem um



“Nós somos, em primeiro lugar, a única entidade que trabalha com aluno de graduação. Isso é fundamental. Por quê? Porque o aluno da graduação depois vai passar para a pós, depois vai virar o pesquisador”

trabalhão mas que vai sobrar um dinheirinho para o conjunto, para eles fazerem alguma outra atividade. E, sobretudo, isso também chama a atenção, institucionaliza a área da Comunicação entre os outros professores, entre os outros cursos, entre os outros estudantes, entre as outras instituições e assim por diante. Agora nós estamos em uma outra

fase, que eu acho muito interessante, uma iniciativa da Marialva, que é de trabalhar não mais com uma instituição para fazer um congresso, mas o conjunto das instituições da cidade ou do estado. Então, você tem um congresso em Porto Alegre, pode ser que a sede seja na PUC, mas também vai ter atividades na UFRGS, também vai ter, talvez, atividades na Unisinos, na Feevale, em Canoas, na Uni LaSalle, na ESPM e assim por diante. O congresso não é mais de uma universidade, mas o congresso é da cidade, ou do estado, ou da região. E aí, de novo, você congrega gente; de novo, você faz coletivos; de novo, você cruza pessoas. Eu acho que a grande característica, a grande marca da Intercom, e isso é um selo do Zé Marques de Melo, é exatamente as pessoas trabalharem em equipe, trabalharem em coletivo e não serem egoístas, não se dizer: “Eu fiz. Eu sou o autor. O meu programa. A minha universidade”. Não, nós fizemos, o conjunto todo que trabalha em coletivo. Foi assim com o congresso de Manaus, por exemplo. Os congressos regionais têm sido muito isso. Então, se você tem duas universidades na cidade ou na região, as duas vão trabalhar juntas. Uma vai ser sede. Ou você pode até distribuir. A primeira experiência em que nós fizemos isso foi no congresso de Santos, no último congresso realizado em Santos – porque Santos teve três ou quatro congressos da Intercom. No último realizado em Santos, a gente teve pela primeira vez isso: eram três universidades. Tivemos problemas, não foi fácil, mas foi uma primeira experiência. Hoje em dia, a gente já tem uma prática maior. Em 2014, em Foz do Iguaçu, foi muito tranquilo. Nós tínhamos quatro entidades trabalhando, e todo mundo trabalhou legal, sem problema nenhum. Não houve aquela ideia da competição. Então, em um sistema capitalista em que cada vez mais você é egoísta, você quer defender o teu, os outros que se danem, eu acho que essas são questões que animam essa chama humanista colaborativa, que é tipicamente do nosso campo, das humanas, e que eu acho que, por coerência, a gente tem que fazer. E quem tem que fazer, principalmente, é a Intercom, que reúne os pesquisadores. Então nós temos que trabalhar em conjunto, não temos que competir um com o outro. Nós temos que trabalhar em conjunto, sabendo que esse aprendizado é coletivo, ele não é individual. A ideia da dialogia do Bakhtin, eu acho que cabe muito aqui, quer dizer, qualquer enunciado que você produza, está reproduzindo outros enunciados. Nosso campo é exatamente igual.





### Como você os prêmios instituídos ao longo do tempo pela Intercom?

Olha, nós discutimos muito essas coisas dos prêmios, exatamente porque gera muita competição. Então a gente procurou minorar um pouco essa ideia da competição, que não nos agradava. Tinha professor, às vezes, criando caso porque perdeu para o seu aluno. Acho que hoje a gente já conseguiu dar um pouco a volta por cima disso. Assim: você tem que ter os prêmios para motivar um pouco a gurizada e as instituições. Segundo, você não tem que supervalorizar o prêmio, para não correr o risco exatamente de gerar competições que seriam negativas. Então, conseguir esse equilíbrio é um negócio complicado. Na verdade, como o prêmio não é dinheiro, é mais um diploma, é mais uma consagração pública, parece que é um processo interessante. Gostemos ou não, nós humanos somos competidores – sempre –, como os animais. Nós competimos, nós gostamos de competir. Essa competição que inclusive anima, por exemplo, os Jogos Olímpicos. Eu acho que nós vamos ter sempre que estar muito de olho, acompanhando, para ver o que está acontecendo, o que está gerando a ideia dos prêmios.

### Em outro momento da entrevista, falamos do Prêmio Luiz Beltrão...

Aí eu diria que seria uma legitimação, que eu acho importante, sim. Eu tenho muito orgulho de ter ganhado, em algum momento, o Prêmio Luiz Beltrão. A Marialva, da mesma forma. E eu editei um livro com a produção dos Prêmios Luiz Beltrão lá da primeira grande fase, os primeiros 15, alguma coisa assim, junto com a Maria Cristina Gobbi, e ficou muito claro o seguinte: se você pega esses autores e pega os textos que eles produziram, você pode fazer uma história do campo da Comunicação no Brasil. Quem contribuiu com o quê e como é que nós fomos avançando – isso está muito bem retratado no pessoal que foi ganhando os Prêmios Luiz Beltrão, sobretudo, claro, os individuais, mas também os institucionais. Você documenta, você legitima, você registra as coisas que estão sendo feitas e você, claro, guarda isso como memória. Então dá para você entender um processo. A premiação me parece que, nesse sentido, é bem interessante.

### Como é a sua relação com a Intercom hoje? Você participa do Conselho Curador?

Eu sou membro do Conselho Curador automaticamente, por ter deixado de ser presidente, e me mantenho religiosamente vinculado ao meu GT. Daqui a pouco, eu estou escrevendo o meu texto, e mandando o meu texto, e participando. Por outro lado, eu, como conselheiro, sempre sou convidado a estar presente no congresso nacional. Então, evidentemente, eu vou sempre ter algumas atividades dentro do congresso, não vou lá para ficar passeando. E, por outro lado, a minha participação em outras entidades faz também com que eu possa levar muito a experiência da Intercom para elas. E, sobretudo, eu continuo sendo convidado para participar, às vezes, como conferencista ou coisa



parecida, nas aberturas dos congressos, essas coisas todas aí, que ocorrem – não só no nacional como nos congressos regionais, que são cinco. E eu procuro, na medida do possível, também ir no Regional Sul. Não vou conseguir ir neste ano, porque, na verdade, eu tenho que atender depois a Rede Alcar no Mato Grosso, no Centro-Oeste, mas, de um modo geral, eu procuro participar do Regional Sul. E estou disponível para qualquer coisa que for preciso, que a presidência da hora me convocar ou precisar. E, volta e meia, estou discutindo com a Maria do Carmo ou o Genio, dando uma sugestão ou sugerindo alguma coisa para eles levarem para a atual diretoria, com a qual não me meto, porque acho que a diretoria atual é que tem que tocar o barco. Mas dar sugestões a gente sempre pode dar. E, se eles precisarem de alguma participação da gente, evidentemente, eu continuo plenamente disponível.

### E o papel do Conselho Curador, nesse sentido, qual é?

Eu acho que o Conselho Curador, gradualmente, está tendo definido com maior clareza o seu papel. Como diz, ele é curador. Ele tem que controlar, ele tem que avaliar o conjunto das ações políticas, estratégicas, institucionais da Intercom e, de outro lado, pela sua experiência, pode servir de conselheiro, digamos assim, desde que convocado. Eu não acho que o conselho tem que estar se metendo com a diretoria o tempo todo. Tem alguns conselheiros que adoram ficar dando palpite. Eu, não. Se a atual presidência, se a atual diretoria, precisar, quiser, provocar, a gente vai discutir; se não, a gente vai acompanhando. Aí tem o outro lado do conselho, que é exatamente avaliar se as ações foram corretamente institucionalizadas, dirigidas, realizadas e assim por diante. Então, o conselho é bom. O conselho, enfim, é um conselho de notáveis, como a gente diz. Eu diria que é um conselho dos mais velhos, conselho dos que já erraram e que, a partir do seu erro, aprenderam alguma coisa para não errar de novo. Isso, a gente pode passar para o pessoal da diretoria seguinte, mas não ficar dando palpite toda hora e achando que a diretoria tem que perguntar tudo para o conselho. Isso, eu sou absolutamente contra.

“O conselho, enfim, é um conselho de notáveis, como a gente diz. Eu diria que é um conselho dos mais velhos, conselho dos que já erraram e que, a partir do seu erro, aprenderam alguma coisa para não errar de novo”

### Como você vê a pesquisa em Comunicação hoje no Brasil?

Olha, eu acho que, quantitativamente, nós estamos muito bem, porque tem uma produção fantástica. Qualitativamente, eu acho que a gente está devendo um pouco. E isso eu te digo porque eu participo de júris da Compós, da SBPJor, da Rede Alcar, da própria Intercom, revistas acadêmicas que pedem para a gente dar pareceres, os projetos que são enviados pelo CNPq... Como eu sou pesquisador



do CNPq, o CNPq me manda projetos para dar parecer. Então, eu diria que assim: quantitativamente, nós estamos muito bem; qualitativamente, nós temos alguns problemas. Por exemplo, toda uma geração nova está só pesquisando as coisas do imediato, as do aqui e agora. Isso é complicado. Quer dizer, tem que haver essa pesquisa, porque, como dizia o Barbero, se a área avança do ponto de vista da tecnologia e das práticas, a teoria tem que avançar junto, para poder entender. Mas é que a tendência é muito de valorizar isso só e esquecer os outros aspectos. E aí, sim, no aspecto histórico a gente fica muito a dever. Nós não temos pesquisa histórica de qualidade, não só no campo especificamente da Comunicação como em campos afins. Por exemplo, o campo da História é que eventualmente se volta para os processos da Comunicação. O pessoal da História é que pensa, que se aproxima do nosso campo. Ainda é muito precária e, às vezes, eu diria até muito ingênua –quando é histórica, é uma pesquisa que não é capaz de fazer a leitura a partir do agora mas entendendo a lógica do então. É uma coisa que me preocupa muito na minha pesquisa. Quando eu estou traba-



lhando com jornais do século XIX, final do século XIX, início do século XX, eu estou tentando entender qual era a lógica deles naquele momento. Eu não vou dizer que isso é ruim porque no meu contexto de hoje isso é ruim. Não, na época não era ruim. Essa anacronia, eu acho que é muito resultado de um processo histórico de aprendizado, de escola, que se deve à ditadura. Para a escola da ditadura, não interessava a gente ser capaz de fazer associações, ter a visão crítica, interpretar. A ideia era ser um pouco papagaio: é assim, pronto, vai embora e passa adiante. Ainda ontem, em sala de aula, eu estava trabalhando muito com os alunos isso. Estava trabalhando com um texto da professora Sandra Reimão sobre teorias da comunicação e eu chamava atenção: você tem que ter absoluta convicção quando você tem uma posição teórica, e defender essa posição com coerência e com consistência. Agora, você não pode ser sectário: “Fora da minha teoria, não tem mais nada,



não interessa. A minha metodologia não pode estar equivocada. Ela é absolutamente certa”. Isso não existe. E, mais do que isso, você não tem que ter uma teoria para enfiar em cima de todos os objetos, você tem que descobrir a teoria capaz de dar conta dos objetos. E os objetos mudam, os contextos mudam. As coisas vão mudando. Você tem que também ter a flexibilidade de saber que não há uma só teoria. E, principalmente, você tem que ler primeiro o objeto, não vir com um desenho prévio. O teu desenho tem que nascer do objeto. A professora Aline Strelow e eu fizemos uma vez, eu acho que a pedido da SBPJor ou da Compós, não me lembro mais, um levantamento exatamente a partir dos papers apresentados na SBPJor, na Compós e na Intercom: quantos eram os autores que diziam com clareza qual era a metodologia e qual era a teoria de que eles iam se valer para fazer a análise que eles se propunham. Muito poucos faziam isso. Hoje, já melhorou bastante, mas ainda acho que não tem a qualidade e a clareza que seriam necessárias, aquilo que você encontra na maioria, por exemplo, dos artigos produzidos a partir dos Estados Unidos. Os Estados Unidos aí são fantásticos. Eles são muito práticos. Isso é aristotélico, quando Aristóteles diz lá: “Começamos pelas coisas primeiras”. Qual é o estado da arte? Por que é que eu vou perder tempo de fazer de novo o que já foi feito. Quer dizer, para isso eu tenho que saber onde é que eu ando. Eu sei onde é que eu ando? Agora, eu estou de acordo? Então eu avanço. Eu não estou de acordo. Bom, então volta até onde você está de acordo e começa de novo. Sem isso, você vai perder tempo ou vai repetir o que já foi feito. Nisso eu acho que a gente tem muita carência, na metodologia em geral.

### Você está envolvido com a folkcomunicação também, não?

Também provocado pelo Zé Marques, para variar. O Zé Marques foi aluno do Beltrão. Eu, por absoluto acaso, como jornalista, cheguei uma vez a entrevistar o Luiz Beltrão. Essas coisas incoerentes da ditadura. Ele foi cassado da universidade, mas foi trabalhar na Funai, que é um órgão do governo. E ele lançou um livro, produzido pela Vozes, que se chamava “O Índio, um Mito Brasileiro”. Daí ele veio a Porto Alegre, em uma feira do livro, para lançar esse livro, e eu fiz uma entrevista longa com ele. Depois, o Zé Marques, que de certa maneira é um herdeiro do Beltrão, se encarregou muito de divulgar a folk. E o Zé Marques me chamou, em algum momento, para eu participar de um congresso da folk. Eu acabei editando a tese original do Beltrão na editora da PUC. Nós estamos na segunda edição, inclusive, agora. A primeira vendeu, isso mostra que a coisa é interessante. Na verdade, a folk foi crescendo gradualmente no espaço do Brasil, muito graças ao esforço do Zé Marques. Mas hoje está presente um pouco na América Latina, está presente um pouco em Portugal. Eu lembro que o Zé Marques me pediu uma vez para fazer um artigo sobre o folclore político. Depois, uma outra vez, me pediu para fazer um artigo sobre a produção literária do Luiz Beltrão – os vários contos e romances que o Beltrão produziu independentemente da questão comunicacional, jornalística, tal e coisa. Enfim, o Zé Marques sempre me provocou, aí eu acabei por estudar. E, naquele livro grande, que é



quase um dicionário da folkcomunicação, eu fiz um trabalho sobre fenomenologia da folkcomunicação. Então, foi interessante porque eu retomei todas as coisas que eu já tinha escrito. E, em um seminário que a gente teve no projeto do Procad/Capes com os pesquisadores canadenses, eu propus repensar a teoria da folk em sociedades em situação de grandes diferenças sociais e culturais, já que a folk faz essa ponte entre diferentes culturas. No Canadá, você tem uma tradição anglófona e uma outra francófona, bem diferentes. E, mesmo em países ditos adiantados, você sempre tem um grupo lá e um grupo bem aqui embaixo. Então você pode fazer as pontes. Senão, os caras vão ficar falando sozinhos. Eu acho que o Beltrão deu essa grande contribuição. Ele fez uma teoria eminentemente social, no sentido de que ele leva em conta a realidade do processo comunicacional dentro de uma sociedade determinada, em momentos determinados, em espaços determinados. O Beltrão botou a teoria na prática, quer dizer, em uma determinada sociedade, em um determinado contexto. Então, nesse sentido, eu acho a folkcomunicação bastante interessante. E, claro, em um país como o Brasil, onde a cultura popular, a prática popular, a tradição popular são muito fortes, é óbvio que uma disciplina como a folkcomunicação é fundamental, porque ela nos permite exatamente entender os processos que se dão não naquilo que o Beltrão chamou primeiramente de “classes subalternas”, ou só no espaço rural, como em um primeiro momento pensou. Não, hoje pode ser no espaço da cidade, pode não ser necessariamente na vila periférica, no bairro periférico. Quais são as práticas hoje que se desenvolvem, o que se desenvolve no interior de um shopping center nas tardes de sábado, nas tardes de domingo? O pessoal vai todo para lá. Que práticas há lá? Ah, vai tomar um café, vai ler jornal, vai fazer compras, vai não sei o quê. Isso são procedimentos culturais, populares, você pode fazer análises exatamente com esse acervo teórico que o Beltrão trabalhou a partir da teoria americana – mas ambientada, vamos dizer assim, em um espaço social bem definido, bem identificado, bem caracterizado.

### Você ainda tem tempo de escrever ficção?

Não, não dá tempo. Nesse momento, não está dando. Aliás, a realidade supera tudo da ficção atualmente. Esse episódio do deputado Maranhão, por exemplo, não há ficcionista que invente uma coisa dessas tão estapafúrdia como a que ele fez. É tão imbecil... E depois, em seguida, outra imbecilidade, que foi anular o que ele tinha anulado. Quer dizer, fantástico. Por mais ficcionista que a gente fosse, não dava para inventar isso. A realidade está superando a gente.

### Pretende se candidatar novamente?

Não, de política eu já estou distante. Só a política do sindicato. Me ligaram de novo, outro dia, para ver se eu continuo na nova chapa. Tem eleição agora em julho.



## Sindicato dos jornalistas?

Dos jornalistas. Eu continuo no comitê de ética. Sou parte do comitê de ética já há muitos anos. E depois há a política aqui da faculdade, porque eu sou o coordenador da pós. Aí tem que trabalhar firme aqui. Não é pouca coisa.

Você falou no deputado Waldir Maranhão, presidente da Câmara dos Deputados. Tratando de uma questão atual e importante, que envolve muito a comunicação no país, como você vê, como pesquisador, jornalista e político, o processo de impeachment da presidente Dilma?

A gente recebeu aqui, um tempo atrás, a professora Heloiza Matos, que trabalha com comunicação política na USP. Eu a convidei para fazer uma palestra para os nossos alunos da pós. Gostei muito do foco. Porque eu tinha dito para ela: “Eu não quero uma análise que seja pró ou contra o impeachment, eu quero uma análise de como é que participam os meios de comunicação”. Em primeiro lugar, o que eu acho interessante é o seguinte: se a gente comparar com o processo do Collor, o processo teve na revista e na televisão, principalmente, o seu caminho propulsor, digamos assim: revista Veja, revista Istoé e depois a televisão. Hoje, a gente tem uma novidade, que não houve no impeachment do Collor, que é exatamente a internet. Então, eu acho engraçado quando dizem que a mídia está conduzindo, está condenando e tal e coisa. Não, a mídia não está conduzindo. Vivemos uma outra experiência. Em primeiro lugar, uma experiência diferente, porque a mídia hoje não é a dona da versão. Isso é fundamental. Você tem milhares de versões se você quiser. O exemplo do deputado Waldir Maranhão, presidente da Câmara, é muito sintomático. Quer dizer, quem primeiro fez rodar, circular a informação, foram as mídias sociais. Não deu tempo para as mídias jornalísticas institucionais propriamente ditas fazerem a cobertura, até porque o jornalista é obrigado a checar a notícia, sobretudo uma notícia estapafúrdia como essa de o novo presidente anular um processo que, na verdade, já estava no Senado. As mídias sociais não têm essa preocupação, eles botaram no ar. Eu lembro que estava fora de Porto Alegre, e disse para minha esposa: “Isso é loucura, isso é piada”. Na verdade, era verdade, por mais absurdo que seja. Mas eu lembro isso para falar: a mídia tradicional, os grandes meios de comunicação, eles não estão mais sozinhos, eles têm as mídias sociais. Isso muda tudo, evidentemente. Ou seja, as mídias tradicionais não podem correr o risco de mentir ou de inventar, porque as mídias sociais imediatamente desarmam ou denunciam isso. Isso muda completamente a relação. Ou seja, tira das mídias institucionais o que poderia eventualmente ser uma ditadura de um grupo, tipo a Globo, que é sempre acusada, ou coisa parecida. Segunda questão importante: eu sempre relembro o papel da revista Veja no caso Collor. Na época, o PT adorou, achou que era extremamente cidadã. Interveio com a Veja inclusive, quer dizer, o José Dirceu foi quem conseguiu ter acesso à documentação sobre o Collor, fazendo um vazamento, que o promotor não podia



fazer, para a Veja, vendendo a matéria para a Veja. E hoje o PT se queixa disso. Mas, se você pegar o processo do Collor, é exatamente igual, com uma diferença: acho que hoje nós temos, pelas tecnologias ou pela maior liberdade que se tem, maior experiência já de liberdade de comunicação. Você tem, sim, uma cobertura muito mais ampla, muito mais efetiva, muito mais eficiente do que se teve, por exemplo, no período do Collor. Por exemplo, de Porto Alegre, a Rádio Gaúcha cobriu a votação do 17 de abril, na Câmara Federal, desde um dia anterior até um dia depois. E, no dia, cobriu 24 horas inteiras. Aquele período, a Rádio Gaúcha e a RBS cobriram. Por outro lado, nesse processo agora, de hoje, no Senado, a Rádio Gaúcha está com gente desde ontem lá, independente da sucursal que eles têm lá. Mandaram uma equipe especial ontem. Hoje, está cobrindo o dia inteiro o processo, e vai até amanhã. O que eu quero dizer com isso? Eu não acho que a mídia comandou o processo, isso é a primeira coisa. Segunda coisa, eu te confesso que não tenho a menor dúvida de dizer que as pedaladas fiscais não chegam a ser o crime pelo qual se levaria a presidente Dilma Rousseff a deixar o governo, mas o julgamento político não é um julgamento judicial. Eu lembraria aqui que o Collor foi julgado politicamente, retirado pelo Congresso brasileiro, e foi depois inocentado pelo Judiciário. Agora, provavelmente, vai acontecer a mesma coisa. O processo político vai condenar a Dilma, e o sistema judiciário vai inocentar a Dilma, muito provavelmente. Qual é a diferença básica? É que no processo político você pega um gancho, mas aquele não é efetivamente o motivo. E aí, nesse sentido, a sessão de domingo parece que foi muito elucidativa, muito educacional. Como é que foram os discursos dos deputados? “Ah, porque a Dilma não me recebeu. Ah, porque o partido não é ouvido. Ah, porque ela nunca me recebeu.” Ou seja, são queixas eminentemente políticas. Pode dizer que são vaidosas, são personalistas, tudo, mas são eminentemente políticas. A Dilma vai pagar o pato por erros do PT, por erros do Lula e por erros dela mesma, sobretudo nisso, na relação política. E aí a Dilma é muito pior, evidentemente, pelo modo como ela conduziu todo o processo. Em segundo lugar, há também um julgamento em relação à situação de entrave de atividades que hoje o Brasil vive. Independentemente de qualquer outra coisa. Quer dizer, enquanto a Dilma for presidente do Brasil, o Brasil não vai funcionar. Ela perdeu não a legalidade, ninguém está discutindo a legalidade, mas a legitimidade. Como o Collor perdeu a legitimidade depois daquele domingo em que ele pediu que todo mundo botasse verde-e-amarelo e todo mundo botou preto. Isso é legitimidade. Ele perdeu naquele dia. Depois veio o escândalo. Com a Dilma, é a mesma coisa. A Dilma perdeu a legitimidade na medida não só dos escândalos todos, envolvendo inclusive a Petrobras, mas ao caos a que levou o país. Quer dizer, a maior empresa brasileira quebrada, que é a Petrobras, e que é estratégica; as empresas do Brasil, de um modo geral, quebradas ou paradas, porque não têm como produzir; o desemprego; a descrença no governo. Ou seja, acabou o governo. Ele pode não acabar, mas acabou. Então, nesse sentido, acho que, independentemente do mérito ou da justiça para com a presidente Dilma, na verdade precisa acabar esse ciclo, e o ciclo só acaba com ela saindo, evidentemente. Eu não estou dizendo que necessariamente vai mudar o ciclo com o Temer, mas certamente cria outro



clima. E isso está evidente no movimento da Bolsa de Valores, por exemplo. Política não se faz com justiça, feliz ou infelizmente. Política se faz com percepções e avaliações de interesses. E, nesse momento, os grandes interesses presentes no Brasil, legítimos ou não, mas os que estão aqui, disseram assim: “Olha, com a Dilma, não continua”.

Portanto, a Dilma vai ter que sair. Eu acho que o Senado hoje afasta a Dilma, e acho que, daqui a dois, três meses, o Senado decide que ela perde o mandato. Eu não tenho dúvida a respeito disso. Mas quero dizer: isso não implica uma avaliação de

honestidade da Dilma, mas implica uma avaliação de incompetência política da Dilma e de todo o grupo que ela gerenciou – que não vai ser um grupo diferente com o Temer. Só que vai ter um gerenciamento diferente, e isso muda tudo. A minha avaliação, pelo menos, é essa. Independentemente de se eu estou a favor ou estou contra, eu tenho bem claro isso, quer dizer, com culpa ou sem culpa, com a Dilma presidente o Brasil fica parado. E o Brasil não pode ficar parado até 2018, é impossível. Vai ser um preço muito caro em termos de uma eventual legalidade stricto sensu. Acho que o próprio STF já apontou, quer dizer, você tem que fazer construções jurídicas ou construções políticas para resolver o impasse. O impasse necessariamente tem que ser resolvido, e o impasse resolvido significa a saída da Dilma. Então, estão se construindo, acho importante, ao contrário do que o pessoal fala, dentro de uma legitimidade, de uma legalidade, de um marco de legalidade, que está sendo, inclusive, avaliado pelo próprio STF.

“A mídia não está conduzindo. Vivemos uma outra experiência. Em primeiro lugar, uma experiência diferente, porque a mídia hoje não é a dona da versão”

### Qual é a sua avaliação dos caminhos possíveis para o jornalismo, nesse contexto de incorporação permanente de tecnologia e de múltiplas plataformas?

Eu não tenho dúvida de que o jornalismo continua. Porque é uma pergunta que muitos alunos fazem: “O jornalismo vai desaparecer?”. Não, o jornalismo não vai desaparecer, nem a função do jornalismo. Muda de plataforma, muda de formato, mas o jornalismo continua. É uma prática social absolutamente fundamental para a sociedade. Agora, as práticas em si jornalísticas, evidentemente, a gente está um pouco perdido, porque o jornalismo não consegue mais ser a âncora do processo. Ele não é mais a ponta do processo, ele é apenas uma parte do processo todo. E aí eu gosto da história. Se a gente olhar bem, na verdade nós estamos voltando para uma situação antiga do jornalismo, do século XIX. O que fazia o frei Tibúrcio José da Rocha com a Gazeta do Rio de Janeiro? O que faziam os editores dos jornais do século XIX? Eles liam os outros jornais, filtravam e transcreviam para o seu. O que o jornalista, hoje, faz em uma redação de jornal em última análise? Ele vai ler pilhas de sites, de redes sociais, tal e coisa, e tem que filtrar esse tipo de coisa, construir uma narrativa unitária, ver se isso tem





lógica, se é verdade, tal e coisa. Então ele não precisa mais ser a fonte da informação, como a Rádio Gaúcha adorava dizer que era, mas ele é o filtro da informação. Ele é aquele cara que dá responsabilidade, veracidade e confiança para o que o receptor vai ler depois. Mas, na realidade, isso não é novo. Então, o que eu acho sensacional é isso, quer dizer, as redes nos devolveram aquela função original que a gente teve no século XIX, que era ler todo mundo, sintetizar, selecionar, juntar e fazer um novo texto. Com confiança. Aí entra, me parece, muito forte, a valorização que o Beltrão dá, em “Introdução à Filosofia do Jornalismo”, à questão da interpretação. As redes sociais, elas noticiam. Em primeiro lugar, sem nenhuma responsabilidade. Então você pode estar no boato, na mentira. Em segundo lugar, as redes não têm que interpretar. O jornalismo, acho que mais do que nunca, além de informar seletivamente aquilo que de fato tem valor social, tem importância social, tem peso social, ele tem que interpretar, porque o mundo hoje é cada vez tão mais complexo que o cidadão comum não tem tempo para pensar a respeito disso, não tem como tentar concatenar e entender o que está acontecendo. Isso, eu acho que cada vez mais está sendo uma função do jornalismo e do jornalista. Mas, na verdade, o que eu quero enfatizar é isso: nós estamos voltando à função do século XIX, que eu diria que é a função fundadora desse jornalismo que nós conhecemos. Naquela época, a gente não chegava no acontecimento, dependia do jornalismo para saber o que tinha acontecido. Mas hoje as redes sociais, de uma certa maneira, ocuparam esse espaço. Eu não vou ler o jornal para dizer o que aconteceu, porque eu já sei pela rede social, eu já sei pelo rádio, eu já sei pela televisão, eu já sei pela internet. Agora, eu não tenho interpretação, ou eu não tenho a coordenação, a concatenação, a orquestração de todo o conjunto dos fatos para dar sentido para esses fatos, para dar uma lógica para esses fatos, para dar um valor para esses fatos. É isso que eu acho que, cada vez mais, o jornalismo está fazendo. E deve fazer. E é o que a gente precisa do jornalismo. Então, não tenho medo de o jornalismo desaparecer, de o jornalismo não ser útil. Pelo contrário, quanto mais complexo fica o mundo, mais importante é o jornalismo. A tarefa dele é essa, organizar e fazer a narrativa sobre. Não enquanto uma narrativa primeira, mas enquanto uma narrativa segunda, no sentido de organizar as várias narrativas – e com uma narrativa sintética, com coerência, com unidade, com uma lógica que vai te levar a algum lugar, ou seja, tem que ser também interpretativa. Não é só de contar o que está acontecendo, mas por que está acontecendo e o que pode vir a acontecer depois, antecipar um pouco. Não é, cuidado, dar opinião, mas é interpretar, ou seja, mostrar as várias coisas que podem acontecer – aí mostrando, eventualmente, os pesos de cada uma delas –, não necessariamente opinando. Não é jornalismo opinativo, mas interpretativo. Acho que, nisso, a teoria do Beltrão é muito legal. Ele é dos poucos teóricos que valorizam o jornalismo interpretativo, com absoluta clareza. Eu me lembro do trabalho de uma menina, quando venderam as ações da Ipiranga, que depois foram compradas pela Petrobras, cuja tese era que quem assinava um site que O Estado de S. Paulo mantinha, diretamente vinculado à bolsa de São Paulo, entendia tudo o que estava acontecendo, e portanto teve vantagem sobre quem não assinava. Mas ela quis fazer uma análise comparativa, graças



a Deus, e fez com o jornal Valor Econômico. Um era on-line, o outro saía de 24 em 24 horas. A tese dela é que o on-line ajudava, e ela teve que desfazer e reconhecer que, na verdade, quem mais ajudou foi o Valor Econômico. Por quê? Porque, além de informar, ele tinha a coluna que interpretava. E aí quem lia a interpretação pôde avaliar melhor.

### Desmontou a premissa dela.

Desmontou a premissa. Pesquisar é isso, é aprender e ter que corrigir um equívoco de uma impressão de primeiro momento, ter a humildade de voltar atrás. Eu acho isso fundamental em uma pesquisa. E foi legal, porque era um TCC, um trabalho de graduação. Eu diria que foi, talvez, o melhor aprendizado para ela nos quatro anos na faculdade. Um dia, ela chegou para mim: “Ah, professor, não deu para dizer isso. Tem que dizer aquilo”. Eu digo:

“Beleza, bom, tu aprendeu alguma coisa”.

Tu sair com a premissa e simplesmente repetir a premissa ou a hipótese, tudo bem, tu fica tranquilo, mas não teve nenhuma descoberta maior. Agora, se tu tá com uma premissa e descobre que a premissa não funcionou e tem uma outra, que bom. Aí tu

“Eu acho que a função do jornalismo hoje é isso, é partir do conjunto complexo, estapafúrdio, incongruente, sem sentido aparente, do conjunto todo das informações, e construir uma narrativa que dê coerência para isso tudo”

deste realmente um salto de qualidade do ponto de vista de aprendizado, de descoberta. Eu acho que essa é a grande vantagem para quem pesquisa, verdadeiramente, sem um parti pris, sem um preconceito. Então, para mim, eu acho que a função do jornalismo hoje é isso, é partir do conjunto complexo, estapafúrdio, incongruente, sem sentido aparente, do conjunto todo das informações, e construir uma narrativa que dê coerência para isso tudo.

### O que você acha do trabalho de resguardar a memória da Intercom feito por meio de entrevistas como esta?

Eu acho básico, principalmente por um problema muito simples: a nossa tendência, hoje, é só de pensar o agora. É um pouco a frase, muito criticada, do Lula: “Nunca antes no Brasil se fez isso. Eu sou o primeiro.” A gurizada é um pouco pior. A gurizada é assim: “Eu”. Ponto. “É agora.” Ponto. E, na verdade, eles perdem a dimensão de que essas coisas já aconteceram antes de outros modos, ou que as coisas que acontecem agora têm certas raízes, quer dizer, isso é um processo histórico. Então, eu acho que importante é você não perder a referência histórica do contexto e não pensar que o agora é o único momento. Ao contrário, esse é um momento dentro de um conjunto de outros momentos. Nesse sentido é que eu acho que é importante, e essa eu acho que é uma tarefa da Intercom. Por quê? Porque a Intercom tem participantes suficientemente longevos para ser testemu-



nhas do conjunto todo do processo, caso típico do Zé Marques ou da Margarida, e de outro lado tem gente de vários momentos diferentes, sucessivos, que vai acrescentando àquela primeira memória as memórias subsequentes. Como eu disse: eu estou hoje com 68 anos. Eu não posso ser igual ao Zé Marques, que vai dizer: “Eu vi tudo”. Mas eu já vi uma boa parte. Você vai renovando à medida que o time, enfim, sai de campo, por motivos óbvios, que fazem parte da regra da vida. Mas vão entrando outros. E você não pode ter a solução de continuidade. É aquela coisa de uma empresa ou de um time de futebol: você tem que misturar os mais velhos com os mais moços. Se botar tudo velho, ninguém mais tem pernas; se botar tudo moço, eles têm pernas mas não têm estratégia, não têm prática, não têm a catimba. Você tem que misturar os dois lados para ter um time realmente equilibrado. Eu acho que a Intercom é exatamente isso. Somos nós a Intercom, mas não somos exclusivos. É importante sempre trazer mais gente. A Intercom cresce à medida que tem mais gente entrando nesse processo todo.

